

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A CAPACIDADE DAS EXPORTAÇÕES EM GERAR
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL A PARTIR DO CONCEITO DE
ECONOMIA DEPENDENTE**

ANDRÉ LUIS SCHIAVENIN PAGANELLA

Florianópolis, 2008

ANDRÉ LUIS SCHIAVENIN PAGANELLA

**A CAPACIDADE DAS EXPORTAÇÕES EM GERAR
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL A PARTIR DO CONCEITO DE
ECONOMIA DEPENDENTE**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Nildo D. Ouriques

Florianópolis, 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno André Luis Schiavenin Paganella na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Nildo Domingos Ouriques

Presidente

Prof. Brena Paula Magno Fernandez

Membro

Prof. André Vasconcelos Ferreira

Membro

Florianópolis, novembro de 2008

*É com grande satisfação que dedico este
trabalho àqueles que me dedicaram a
vida, meu pai Robson e minha mãe
Marlise.*

Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Celso Furtado

Resumo

O objetivo desta monografia é demonstrar as conseqüências da economia exportadora para o desenvolvimento do Brasil. De acordo com a divisão internacional do trabalho, a função fundamentalmente exportadora procede de um sistema de acumulação de capital dependente, onde seu ciclo implica na realização externa da produção. A deterioração dos termos de troca somado aos efeitos da atuação do capital estrangeiro tornam a superexploração do trabalho condição necessária para a produção capitalista nacional, realizando a manutenção do sistema exportador e agravando problemas estruturais como a desigualdade social, o baixo padrão de consumo nacional e a transferência de mais-valia ao exterior. O aumento das exportações não significa mudança na estrutura de acumulação de capital dependente e só poderá gerar desenvolvimento com o aprofundamento dos problemas sociais inerentes a este sistema.

Palavras-chave: Exportação, Dependência, Brasil.

Lista de Figuras

Figura I: Exportação Brasileira por Fator Agregado – 1964/2006.....	41
Figura II: Balança Comercial, 1970-2007.....	44
Figura III: Investimento Externo Direto, 1995-2007.....	47
Figura IV: Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo as classes de rendimento de todos os trabalhos, em salários mínimos– Brasil – 2007.....	59
Figura V: Reservas Internacionais/Liquidez Internacional. 1994-2007.....	66
Figura VI: Produto Interno Bruto (PIB), 1994-2007.....	67

Sumário

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Objetivos.....	12
1.1.1 Objetivo Geral.....	12
1.1.2 Objetivos Específicos.....	12
1.2 Metodologia.....	13
1.2.1 O Conceito de “Totalidade”.....	13
CAPÍTULO II – REVISÃO TEÓRICA.....	15
2.1 A Acumulação de Capital.....	17
2.2 O Consumo no Centro e na Periferia.....	22
2.3 Ciclo de Acumulação de Capital na Economia Dependente.....	24
2.4 A Economia Exportadora.....	28
CAPÍTULO III – A ECONOMIA EXPORTADORA BRASILEIRA.....	34
CAPÍTULO IV – EXPORTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	43
4.1 O Boom Exportador.....	43
4.2 Exportação, Desenvolvimento e Consumo.....	49
4.3 O Mercado Interno.....	60
CAPÍTULO V – EXPORTAÇÃO E O PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO.....	63
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Desde o período colonial a produção, a mão-de-obra utilizada e com quais outras regiões do mundo a colônia se relacionaria comercialmente são questões que não encontram respostas simples. Sempre devem ser considerados os interesses dos agentes econômicos envolvidos nas relações de troca. Em se tratando de uma colônia, não causa nenhum espanto observar que na América Latina se estruturou uma economia complementar, funcionando como uma verdadeira alavanca para a acumulação de capital na Europa. Tudo é justificável pela subordinação da colônia a metrópole. Nas palavras de Novais (1986, p. 84):

A maneira de se produzir os produtos coloniais fica, também, necessariamente subordinada ao sentido geral do sistema; isto é, a produção se devia organizar de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos maior margem de lucratividade.

Quando lidamos com nações politicamente independentes as conseqüências da utilização de políticas de comércio exterior tornam-se de interpretação ainda mais complexa e com efeitos diversos, manipulados de acordo com interesses privados ou visões políticas. Da mesma maneira que a sociedade colonial se estruturou na economia mundial no intuito de desenvolver o capitalismo europeu, não é cabível afirmar que o comércio internacional moderno é realizado fundamentado simplesmente em vantagens comparativas, ou em função de suprir a insuficiência de produção de uma nação utilizando-se das facilidades de outra.

A estrutura econômica mundialmente integrada tem interesses distintos dos mais diversos agentes econômicos que nela operam. Seja o Estado, uma empresa transnacional, ou capitais com menor poder de influência, seus interesses devem ser relevados tendo em vista que o comércio internacional é mais do que a simples alocação da produção mundial para satisfazer as necessidades da população. No sistema capitalista o objetivo é, acima de tudo, a realização de maiores taxas de mais-valia.

Na sociedade colonial toda uma estrutura social foi construída com o objetivo de desenvolver a acumulação de capital na Europa. Com efeito, observa-se que de acordo com a divisão internacional do trabalho, uma nação pode ser favorecida em relação à outra por adquirir taxas de mais-valia maiores e/ou mais-valia produzida na região explorada. Não

obstante o discurso de que o comércio internacional é praticado de maneira a favorecer ambas as sociedades, por gerar desenvolvimento tanto na colônia como na metrópole, se verifica que na dinâmica de acumulação capitalista o objetivo é o de ampliar a quantidade de mais-valia apropriada pela metrópole em relação à produção global do sistema, restando a colônia características marginais e condicionadas a estrutura econômica a qual faz parte.

Para analisar a relação entre exportação e desenvolvimento deve-se ter em mente as seguintes questões: histórica e geograficamente posicionada na economia mundial, da onde nasce a necessidade de exportar? O que é o desenvolvimento? Qual a dinâmica global de acumulação capitalista e quais os interesses que estão em jogo? E, finalmente, qual a relação de causalidade existente entre exportação e desenvolvimento? É devido à estrutura econômica mundial, onde concorrem diferentes interesses com efeitos variados ao desenvolvimento de cada região do mundo, que se faz necessário muito cuidado ao designar a um país o título de “exportador” e, principalmente, qualificar a exportação como indispensável ao desenvolvimento.

A adoção de políticas de incentivo a exportação em uma nação tem profundas conseqüências na estrutura de sua sociedade e no sistema econômico mundial. A exportação pode muitas vezes ser necessária ao desenvolvimento. De acordo com Furtado (2003), a exportação do algodão norte-americano no século XVIII gerou muitas divisas utilizadas para o desenvolvimento local, porém não houve abandono de outros setores produtivos da economia, o que possibilitou em caso de risco de super produção, ou queda do preço do produto exportado a nível internacional, a mobilidade do capital para outros setores, o que amenizou também a dependência da demanda externa por conservar o mercado interno como importante fonte de realização da produção devido à manutenção da diversidade econômica. Este fato apesar de empírico, não pode ser utilizado para relacionar exportação e desenvolvimento em qualquer tempo e espaço. Esta relação só é correta quando o que está sendo analisado são os Estados Unidos do século XVIII. Atribuir o desenvolvimento nacional a partir de suas exportações, no Brasil, foi uma opção de classe, representado por termos populares como “Exportar é o que importa” de Delfin Netto durante a ditadura militar, ou o ainda mais radical “Exportar ou morrer” de Fernando Henrique Cardoso, quando presidente da república. O fato de uma classe (ou grupo de classes) ser favorecida pela expansão das exportações não significa que esta é a melhor via para o desenvolvimento nacional e menos ainda assegura que as características do mesmo serão pelo menos semelhantes ao ocorrido em países centrais.

No caso brasileiro, diz Furtado (2003, p. 107-108) citando dados dentre os anos de 1841 e 1850:

Os exportadores de açúcar, para receber 24% a mais, mais que dobraram a quantidade exportada, os de algodão receberam metade do valor para exportar 10% a menos, os de couro e peles mais que dobraram a quantidade exportada para receber um valor 12% inferior.

Neste exemplo verifica-se a redução do preço dos produtos agrícolas sem a sua redução real de valor, ou seja, sem que se reduza o valor-trabalho da produção. Ao mesmo tempo, foram mantidas quase que integralmente os lucros do setor exportador, e seja através da expansão da agricultura, ou da maior exploração da força de trabalho, pode-se afirmar que a mais-valia apropriada pelo setor exportador foi relativamente constante, não obstante o aumento da concentração de capital e renda, uma notável deterioração nos termos de troca e o aumento da dependência da produção nacional da realização externa. Sem dúvidas neste caso também houve desenvolvimento, todavia com características bem diferentes em relação ao primeiro exemplo apresentado.

No caso brasileiro surgem mais questões que merecem nossa atenção, dentre elas, por que a expansão das exportações de certos produtos quando ocorre, ao mesmo tempo, a redução do seu preço no mercado internacional? Quais os efeitos da deterioração dos termos de troca para uma nação? Qual a relação existente entre as exportações, a concentração de renda e o aumento da exploração da força de trabalho?

A evolução dos termos de intercâmbio tende a ser desfavorável a periferia do sistema, isto é, aos países produtores de produtos primários, e a acumulação continua a concentrar-se no centro, agora transformado num grupo de países em distintos graus de industrialização (FURTADO 2003, p. 22)

Ao discorrer sobre desenvolvimento regional é importante observar que devido ao progresso tecnológico a intensificação da exploração de recursos naturais no mundo coloca o sistema capitalista em paradoxo. A acumulação interminável de capital encontra seu limite na exploração de recursos não-renováveis.

Uma vez fechado o sistema (...) o que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do

controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (...) A evidência a qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. (FURTADO 1974, p. 19)

Esta é uma preocupação recente de economistas que buscam o desenvolvimento, e que em seus modelos a economia mundial se encontra integrada e limitada. A característica física e portando finita do planeta impõe a periferia do sistema, que está estruturada no sentido de ampliar o consumo em massa do centro em detrimento próprio, o fracasso em qualquer tentativa de desenvolvimento nestas condições.

O fato de Estados Nação, ou pelo menos a maioria da população mundial que neles reside não poder alcançar o mesmo nível de desenvolvimento já alcançado pelos Estados Unidos, por exemplo, e, de acordo com o pensamento de Harvey (2004 p. 83) onde “(...) capitalismos distintivos são então concebidos como entidades em competição entre si numa economia do espaço global” a intensificação da produção mundial em conjunto com a deterioração do planeta obriga os Estados Nação a barganhar economicamente pelo desenvolvimento em cada região, ou seja, o desenvolvimento passa necessariamente pelo nacionalismo, como única forma de evitar a concentração de capital e renda no centro do sistema. Torna-se cada vez mais necessária a atuação do Estado para garantir o bem estar e a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais das nações periféricas.

A tendência de evolução do capitalismo mundial, neste trabalho, dirige a análise sobre qual é o efeito das exportações brasileiras para sua sociedade, ou seja, quais são seus resultados para a parte da renda da sociedade dedicada ao consumo e para a acumulação de capital em território nacional. Em outras palavras, num contexto de subdesenvolvimento e de limites “naturais” ao desenvolvimento, se avaliará a capacidade das exportações em elevar o nível de acumulação de capital aplicado nacionalmente, e de ampliar o grau de acesso da sociedade brasileira ao consumo em massa, uma vez que o desenvolvimento nos remete a busca das condições de vida oferecidas pelas economias modernas ao seu cidadão.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre as exportações e a dinâmica de acumulação de capital no Brasil bem como os efeitos procedentes desta.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar a dinâmica de acumulação de capital na economia dependente e sua relação com o conceito de economia exportadora.
- Verificar a capacidade do aumento das exportações em modificar a estrutura de acumulação de capital no Brasil, resultando numa mudança das condições sociais nacionais.
- Analisar dados sociais como renda e consumo dentro do modelo de desenvolvimento da economia exportadora adotada pelo Brasil.
- Examinar os efeitos da economia exportadora para o parque industrial nacional.

1.2 Metodologia

1.2.1 O Conceito de “Totalidade”

O conceito de “totalidade” se faz indispensável por validar o método teórico que será utilizado neste trabalho ao explicar a economia exportadora brasileira. Tal modelo deve validar-se com a realidade, mostrando-a como um processo dinâmico, em constante transformação, construído histórico e espacialmente. Partindo da afirmação de Hayek:

O objetivo do estudo científico nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis em um determinado instante e lugar, mas sempre determinados aspectos que dela são abstraídos (...) A alma humana não poderá jamais abranger o “todo” no sentido de todos os vários aspectos da situação real. (Kosik, 1976, p. 49)

Observa-se que um modelo teórico não é construído para explicar todos os fatos que constituem a realidade, mais deve explicar a “totalidade”.

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos, Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido... A dialética da totalidade concreta não é um método que pretende ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro total da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. (Kosik, 1976, págs. 43,44)

Para concluir o conceito da categoria “totalidade” Kosik esclarece:

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos (...) É um processo de concretização que procede do todo para as partes, e das partes para o todo (...) A compreensão da dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com todo, mais também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (Kosik 1976, pág. 50)

Tendo o sistema capitalista mundial como todo, onde a economia exportadora brasileira é parte formadora do mesmo, é essencial a análise da interação entre a parte e o todo, para definir as conseqüências desta para o Brasil. Em outras palavras, veremos como a economia exportadora interagindo no sistema capitalista mundial produz no Brasil efeitos como concentração de renda, desenvolvimento marginal do mercado interno, deterioração do consumo do trabalhador, destruição da dinâmica de desenvolvimento interno, necessidade de importar tecnologia, obrigação de exportar capitais, necessidade de investimentos externos; e, também, como a economia exportadora se apresenta como solução para a reprodução de todos estes efeitos na formação do todo.

Apoderado do conceito de “totalidade”, e partindo da teoria de acumulação de capital desenvolvida por Marx; definindo o Brasil como uma região onde se desenvolveu um capitalismo sui generis – como sugere Marini (2000) – será demonstrado a razão pela qual nesta região se desenvolveu uma economia dependente de caráter exportador. Através de dados históricos e estatísticos será feita a análise dos efeitos da exportação na economia brasileira. Neste intuito, o trabalho será dividido em seis capítulos.

O primeiro consiste na introdução do estudo proposto.

O segundo demonstrará através de um modelo teórico como a economia exportadora interage com o sistema capitalista mundial, e, por conseqüência, quais são os efeitos gerados por esta interação.

O terceiro traz um resgate histórico da economia brasileira, dentro dos moldes teóricos aqui descritos.

O quarto capítulo é dedicado à coleta de dados macroeconômicos e sociais no sentido de identificar, no período atual, o que caracteriza a economia exportadora do Brasil. Dentro do contexto de subdesenvolvimento, de acordo com os dados coletados, serão analisados os efeitos das exportações para sociedade e seu desenvolvimento.

No quinto capítulo será analisado como a interação da economia exportadora brasileira com o todo atinge a formação do parque industrial nacional.

O sexto capítulo consiste na exposição das conclusões a respeito das problemáticas propostas pelo trabalho.

CAPÍTULO II – REVISÃO TEÓRICA

Para iniciar qualquer estudo do modo de acumulação capitalista na América Latina devemos primeiro considerar suas peculiaridades. Dizer que aqui existe um “pré-capitalismo” é um erro. Economia subdesenvolvida é o termo utilizado por Frank (1980) para explicar a via de acumulação de capital praticado na América Latina dentro do sistema capitalista mundial. Este termo substitui com presteza classificações destinadas as economias nacionais latino-americanas tais como: países “em desenvolvimento”, ou de “terceiro mundo”; pelo simples fato de eliminar a hipótese de que as economias latinas estão em “processo de desenvolvimento”, e que por conseqüência resultarão em moldes e padrões econômicos encontrados nos países centrais do capitalismo. A partir do momento em que tomamos a economia global como um sistema único, onde cada nação participa deste sistema com sua contribuição produtiva e econômica, e que ocupam espaço físico dentro desta economia global, se torna inadmissível a hipótese de que todas as regiões do mundo poderão ter o mesmo padrão de consumo ou de desenvolvimento.

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são mais visíveis nem sempre são as mais significativas. Mais se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. (FURTADO, 1974, p. 22)

Chamar uma economia subdesenvolvida de uma economia capitalista em desenvolvimento é rotular para manter aceso o mito do desenvolvimento, alvo de crítica de Furtado (1974).

No sentido de desqualificar o caráter de “continuidade” do desenvolvimento na América Latina, Marini demonstra que:

Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se dão como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis das primeiras – como deformações. Não é, portanto acidental a reiteração nos estudos sobre a América Latina da noção de “pré-capitalismo”. O que seria necessário dizer é que, ainda quando insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não deverá nunca se desenvolver da mesma

forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. (MARINI 2000, p. 105-106)

De acordo com Marini (2000) o desenvolvimento histórico global do capitalismo criou na América Latina um capitalismo *sui generis*, onde a acumulação capitalista ocorre de maneira dependente da lógica de acumulação dos países centrais. Esta relação só pode ser entendida se analisada sob uma perspectiva global e desabilita modelos simplistas de vantagens comparativas que pretendem realizar tal análise.

A acumulação de capital na América Latina se desenvolveu historicamente em compasso com a dinâmica de acumulação capitalista mundial. Colônia, em regime de *plantation* contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo central fornecendo bens-salário e matérias-primas. Permitiu também o aprimoramento dos meios de pagamento no centro da economia capitalista mundial, o desenvolvimento do capital industrial e sustentou a produção manufatureira abrindo caminho para a grande indústria. Foi pilar do desenvolvimento do capital comercial e financeiro na Europa. Com a revolução industrial e concomitantemente com a independência, a América Latina se estruturou com a Inglaterra exportando bens primários em troca de manufaturas.

Segundo Marini (2000) a manutenção do sistema econômico dependente sempre foi garantida pela política inglesa de diferentes maneiras. Até o século XIX a balança comercial na América Latina foi deficitária e os empréstimos externos serviam para manter a capacidade de importar. A produção latino-americana se concentra em produtos necessários ao centro da economia. Quando o volume de exportações aumentou e o saldo da balança comercial se tornou positivo, a dívida externa assume o papel de transferir para a metrópole parte do excedente de mais-valia criado na periferia. É a partir deste ponto que a relação da América Latina com os países centrais se molda em uma estrutura bem definida (A divisão internacional do trabalho que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região). Nas palavras de Marini (2000, p. 108) “os fluxos de mercadorias, e posteriormente de capitais (...) se articulariam diretamente com a metrópole inglesa e em função dos requerimentos desta”.

Com a independência política conquistada na América Latina nas primeiras décadas do século XIX é necessário introduzir o conceito de dependência que faz a manutenção da economia subdesenvolvida. Segundo Marini (2000, p. 109):

A dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Com o surgimento das empresas transnacionais a divisão internacional do trabalho ganha plena estrutura. Sua formação advém de base nacional e a participação de países dependentes se dá de maneira a contribuir com a transferência de mais-valia da periferia para o centro da economia global. Com efeito, o desenvolvimento capitalista da América Latina nunca poderia ocorrer como na Europa ou nos Estados Unidos devido à sua relação de dependência.

Cabe aqui a introdução do mito do desenvolvimento como papel fundamental na elaboração de teorias econômicas que buscam explicar a realidade latino-americana. De acordo com Furtado (1974, pág. 14) o mito é descrito da seguinte maneira:

O desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente, pretende-se que um standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo.

Esta falsa idéia que constitui o “mito do desenvolvimento” é utilizada para a formulação de teorias que buscam o “desenvolvimento” da América Latina sem levar em consideração as suas peculiaridades. O próximo passo para explicar o papel das exportações na economia brasileira passa a ser, então, o de verificar o funcionamento da economia subdesenvolvida.

2.1 A Acumulação de Capital

A acumulação capitalista clássica teoricamente, utilizando-se das categorias marxistas, pode ser resumida em um simples esquema: após o desenvolvimento da acumulação primitiva de capital, ou seja, “conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva,

estatal) em direitos exclusivos de propriedade privada, e a eliminação de alternativas ao uso capitalista dos recursos humanos e naturais” (ARRIGHI 2007, p. 233,234) este, na compra das mercadorias matéria-prima e mão-de-obra, reproduzem o capital, e ampliam o montante do mesmo, para que se reinicie o processo de acumulação capitalista. Este processo só é possível pela característica da mercadoria mão-de-obra de criar valor, através do trabalho. Sem trabalho não haveria acumulação de capital.

O fator que motiva e viabiliza o sistema capitalista de produção é a propriedade privada. No capitalismo clássico o capitalista (proprietário do capital), compra a força de trabalho para à partir de um processo de produção, ampliar o seu nível de capital de acordo com a fórmula $D - M \dots P \dots M' - D'$.

Através do comércio, a realização de M' no consumo de outros capitalistas, trabalhadores assalariados e das classes não produtivas, amplia a quantidade de capital dinheiro D' em posse do capitalista que dará reinício ao ciclo. Apesar de esta ser a lógica de acumulação existente no mundo inteiro, esta, por si só, não pode explicar o desenvolvimento das diferentes regiões do mundo de maneira separada. A divisão internacional do trabalho, as barreiras geográficas e os recursos naturais limitados não permitem que as condições de consumo dentre as diferentes regiões do mundo sejam as mesmas. Neste trabalho ao falar de consumo estamos também falando de desenvolvimento, pois é nas nações onde a população tem acesso ao consumo em massa que o encontramos.

As limitações dos recursos naturais do planeta juntamente com a tentativa de universalização do padrão de desenvolvimento econômico moderno entram em choque.

Mesmo que na obra de Marx não se encontre todos os elementos necessários a análise da economia dependente, fato este que pode ser explicado porque essa economia apresenta-se de maneira distinta ao capitalismo industrial clássico, o qual foi objeto de seu estudo, é possível partindo de suas categorias explicar a função da economia dependente no sistema de acumulação capitalista mundial, sem que para isso se produza distorções nas mesmas.

Marini, em sua obra, “Dialética da Dependência”, demonstra que a integração da América Latina no sistema mundial de acumulação de capital deverá, irreparavelmente, contribuir para o deslocamento do eixo de acumulação capitalista, na economia industrial clássica, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Com isso o desenvolvimento das economias centrais poderá se concentrar no aumento da produtividade do trabalho, e poderá

incluir cada vez mais bens dentro da esfera de consumo do trabalhador. É desta função que surgem as “distorções” no sistema de acumulação capitalista dependente. Vejamos então como este sistema funciona.

O aumento da mais-valia relativa corresponde irreparavelmente à redução do custo de reprodução da mão-de-obra, com base neste objetivo a América Latina se insere na economia mundial como produtora de alimentos para as economias centrais.

No essencial, trata-se de dissipar a confusão que se costuma estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos ao mesmo tempo, mais não mais valor; é justamente este fato o que leva ao capitalista individual a procurar o aumento da produtividade, já que isso lhe permite baixar o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária. Assim essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas ao traduzir-se em lucro extraordinário. (...) Se o procedimento técnico que permitiu o aumento da produtividade se generaliza para as demais empresas e, assim, se uniformiza a taxa de produtividade, isso não produz tampouco o aumento da cota de mais-valia: se terá apenas acrescentado a massa de produtos, sem fazer variar seu valor (...) A consequência seria, então, não o incremento da mais-valia, mais sua diminuição. (MARINI 2000, p. 113-114)

O efeito dessa oferta reduz o valor real da força de trabalho nos países centrais, neutralizando o efeito compressor da mais-valia dado pelo incremento da produtividade¹, e

¹ Segundo FHC e Serra (1978), a diminuição da taxa de lucro provocada pelo aumento da produtividade do capital (aumento da composição orgânica do capital) é incoerente com a formulação das categorias marxistas, pois: “A redução em valor do capital variável, mesmo causando um aumento na composição orgânica do capital (por diminuir o denominador desse coeficiente), não faz senão elevar a taxa de lucro, ao provocar um forte aumento da taxa de mais-valia (na medida em que reduz o denominador e aumenta o numerador simultaneamente desse coeficiente)”. (SERRA, CARDOSO 1978 p. 48- 49) Prosseguindo na crítica à “dialética da dependência” os autores referidos consideram que a Marini cometeu um “engano teórico”. Para satisfazer as dúvidas estabelecidas, observemos que o aumento da composição orgânica do capital leva a uma maior produção com menor utilização da força de trabalho (aumento da produtividade do trabalho), o consenso entre os autores termina quando um atribui ao volume maior de mercadorias uma maior taxa de mais-valia, e o outro uma tendência a queda da taxa mais-valia. Para um capitalista individual, esta “produção maior” que não passa da diminuição do valor da unidade produzida, sem dúvidas representa um aumento na taxa de mais-valia, o que indica que a análise de Serra e Cardoso termina desta maneira. Para Marini, este aumento na taxa de mais-valia é denominado lucro extraordinário, que desaparece quando a nova composição orgânica do capital se generaliza. Por fim, para explicar a tendência a diminuição dos lucros, quando a economia apresenta uma oferta maior de determinado

permitindo que naquela economia ocorra um aumento concomitante na cota de mais-valia e da produtividade.

Isto se deve a que o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz a sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário). (MARINI 2000, p. 114)

Como o aumento na taxa de mais-valia relativa representada pela oferta de alimentos latino-americanos para o centro do sistema constitui uma alteração na relação entre tempo de trabalho necessário e excedente, num sentido favorável ao capitalista, é incorporada a região esta função independentemente dos efeitos locais desta interação.

Na medida em que essa produtividade maior se acompanha efetivamente de uma maior taxa de mais-valia relativa, isto significaria que baixa o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui matérias-primas, ou seja, que se eleva a composição-valor capital). (MARINI 2000, p. 116)

Para diminuir o valor do capital fixo, que passa a ser proporcionalmente mais elevado, resta ao capitalista buscar barateá-lo dando outra função a economia latino-americana, que se insere novamente no sistema capitalista mundial como fornecedora de matérias-primas.

Nas palavras de Frank (1980), e de acordo com os pressupostos de Marini (2000), observemos como as funções da América Latina se constituíram.

Para impedir o temido “estado estacionário”, Ricardo, como podemos recordar, sugeriu ampliar as trocas de manufaturas britânicas por alimentos de ultramar (...) Ricardo propôs manter a taxa de lucro por meio do barateamento dos bens salariais ingleses, aumentando a taxa de mais-valia através da redução do capital variável. A orientação de Ricardo permitiu maior taxa de lucro na Inglaterra sem um aumento concomitante – e, posteriormente, com uma diminuição – da exploração do trabalho, através do aumento da produtividade (...) Marx observou que a política e a prática comerciais britânicas também mantiveram a taxa de lucros por meio da diminuição do custo dos bens de produção feitos com matérias-primas importadas e neutralizaram o aumento na composição orgânica do capital (devido ao aumento na proporção capital físico/trabalho) através da redução do valor do capital, que tinha alguns de seus componentes importados a custo baixo. (FRANK 1980, p. 170)

produto, sem a correspondente criação de mais valor, a cota de mais-valia apropriada pelo conjunto dos capitalistas tende a ser menor.

Resta analisar então, porque dentro da divisão internacional do trabalho, não foi possível o desenvolvimento da economia dependente tal qual ocorrido no centro do sistema, e introduzir os efeitos da deterioração dos termos de troca e sua sustentabilidade na função de reproduzir as condições econômicas do subdesenvolvimento.

O aumento da produtividade do capital para produtos manufaturados, pelo progresso tecnológico, ocorre de maneira mais rápida do que nos produtos primários. Segundo Marini (2000) a desvalorização dos preços dos produtos primários não segue o mesmo ritmo de sua desvalorização real, em termos de aumento de produtividade. Por outro lado, os produtos manufaturados além de terem sua desvalorização muito mais acentuada em se tratando de valor, têm efeitos em termos de lucro extraordinário superiores aos produtos primários por causa do monopólio tecnológico.

A deterioração dos termos de troca e o monopólio tecnológico, por aumentar a diferença entre valor e preço, são fatores que, de uma maneira ou de outra, como veremos a seguir, mantém a América Latina em sua função frente ao sistema de acumulação capitalista mundial.

Na economia dependente, o que permite a mudança do eixo da acumulação capitalista no centro da economia mundial, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa é a superexploração do trabalho². As nações desfavorecidas pela deterioração dos termos de

² A introdução do conceito de superexploração do trabalho nas relações entre centro e periferia é ponto de polêmica. Segundo Serra e Cardoso "O erro central da análise (...) consiste em supor, e não haveria porque fazê-lo, que o aumento da produtividade de bens manufaturados nos países centrais implica na redução da taxa de lucro na periferia. Ora, isso seria descabido, pois a importação de produtos manufaturados continuaria fazendo-se pelo mesmo preço por unidade de produto industrializado. O que ocorre de fato não é o encarecimento absoluto dos produtos industriais, mas a manutenção do seu preço de venda, apesar da queda de seu valor unitário. A diferença, obtida pelos ganhos de produtividade, distribui-se, conforme o avanço da luta de classes obtidas entre os trabalhadores e os capitalistas dos países industrializados. Assim, o centro enriquece e a periferia empobrece, mas relativamente. Este processo não afeta a taxa de lucro na periferia e não induz, conseqüentemente, a qualquer inevitabilidade econômica da tendência a superexploração." (1978, p. 49). A superexploração do trabalho é mecanismo de suporte da troca desigual entre centro e periferia. Esta se realiza pela diferença na produtividade do trabalho, que tem ritmo mais elevado no centro do sistema, independentemente da natureza do produto (primário ou manufaturado). O aumento da produtividade incorre no lucro extraordinário, que irá afetar a cota de mais-valia capitalista na produção entre o centro e a periferia. Como o valor do produto unitário no centro é menor, o custo de produção também é menor, o que confere a estas unidades produtivas vantagens competitivas. Para a periferia continuar produzindo, mesmo com um custo maior

troca, na impossibilidade de corrigir o equilíbrio entre valores e preços, para manter o funcionamento da economia dependente tem que necessariamente buscar um fator de compensação para as sucessivas perdas de massa de mais-valia.

Além do aumento extensivo da produção, pela falta de possibilidade de incremento na produtividade do trabalho na periferia, as alternativas que se fazem necessárias para manter os níveis de mais-valia e de lucro capitalista na economia dependente são a intensificação da exploração do trabalho, o aumento da mais-valia absoluta, ou seja, o aumento da jornada de trabalho, e também a restrição ao trabalhador ao consumo de bens de salário, ou seja, aqueles que são indispensáveis para a manutenção da vida da força de trabalho, sua subsistência.

A retração do consumo na economia dependente, por efeito da superexploração do trabalho, leva a realizar o seu ciclo de acumulação de capital de maneira peculiar, segundo Marini:

Trata-se de um ponto chave para entender o caráter da economia latino-americana. Essa oposição que gera o duplo caráter do trabalhador – produtor e consumidor -, ainda que seja efetiva, vê-se em certa medida contraposta pela forma que assume o ciclo do capital (...) ao abrir-se a fase de realização, esta contradição aparente entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital desaparece, dado que esse consumo (somado ao dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral) restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para começar um novo ciclo, isto é, a forma dinheiro. (Marini, 2000, pág. 133)

2.2 O Consumo no Centro e na Periferia

(o que por si implica na redução da taxa de lucro na periferia) é ativado o mecanismo de superexploração do trabalho. A importação que evitaria a redução na taxa de lucros na periferia como sugerem Serra e Cardoso (1978) implicaria no abandono da produção na região, que concorre com a produção no centro do sistema capitalista. Logo, temos que a afirmação de que *“Evidentemente, sendo descabida a idéia de que a taxa de lucros dos capitalistas da periferia se reduziria porque aumenta a produtividade no centro (o “desarrollo del subdesarrollo”)* o é também a idéia de que só a superexploração do trabalhador e o aumento físico da produção salvariam os capitalistas da periferia do colapso que a dependência deles diante dos países centrais.” (SERRA, CARDOSO 1978 p. 50), é que parece não ter fundamento de acordo com as categorias marxistas.

É importante ressaltar como se comporta o consumo na economia dependente mediante sua comparação com a economia industrial clássica. Em ambas são criadas duas esferas de consumo, uma baixa, onde participa o trabalhador e compreende aos bens de salário, e uma alta, onde se encontra a mais-valia não acumulada e outros ramos não produtivos da economia e também há consumo de bens de luxo. Na economia industrial clássica, a diminuição do valor da subsistência do trabalhador, e o aumento da produtividade do trabalho que diminui o valor não só de bens-salário, mais também de bens de luxo, inclui cada vez mais produtos anteriormente considerados de luxo na esfera baixa de consumo. Torna-se assim menos acentuada a contradição existente no ciclo de acumulação, que utiliza da força de trabalho na produção, e do consumo do trabalhador na realização, colocando altos e/ou baixos salários ora favoráveis e ora desfavoráveis ao ciclo. O aumento da produtividade do trabalho e a diminuição do valor de subsistência do trabalhador não excluem o fator político da “luta de classes” e nem sua eficácia no aumento do acesso da classe trabalhadora ao consumo de maior quantidade de bens; estes fenômenos não são excludentes e ocorrem concomitantemente.

Na economia dependente, onde a acumulação é baseada na superexploração do trabalho, o aumento da intensidade do trabalho e a restrição ao consumo do trabalhador acentuam a contradição do ciclo capitalista que coloca o trabalhador ora como agente produtor, e ora como consumidor, lhe restando apenas à característica de produtor. Verifica-se então o afastamento entre as esferas baixa e alta de consumo; desta maneira a produção da economia dependente encontra no mercado internacional sua única perspectiva de realização.

A industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercados procedente de países avançados. (Marini, 2000, pág140).

A luta de classes é fator de elevação do acesso da classe trabalhadora ao maior consumo também na periferia. Duas são as diferenças básicas da ação deste fator político com o centro. A primeira é o caráter tardio da organização dos trabalhadores na periferia; a segunda é o fato de que como a periferia depende de baixos salários para produzir, o aumento generalizado do mesmo pelo fator político levará o capital a se deslocar para outras regiões periféricas do sistema. A mobilidade do capital apesar de não ser exclusividade da periferia, ocorre de maneira diferente do que no centro do capitalismo, onde sempre ficará o dinamismo do desenvolvimento e do aumento da produtividade da mão-de-obra. Por mais que uma

“fábrica” deixe o centro para se instalar na periferia em busca de baixos salários, certos “setores” da produção nunca realizarão o mesmo movimento, funcionando como verdadeiras “matrizes” da produção mundial.

Para Marini (2000, p. 133 e 135), enquanto no centro “através da mediação que estabelece a luta entre operários e patrões em torno da fixação de níveis de salários, os dois tipos de consumo do operário tendem a se complementar, no curso do ciclo do capital” na periferia dependente “a separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado na mais-valia não acumulada dá, então, origem a uma estratificação do mercado interno”.

O fato de a economia dependente estar estruturada de maneira a não construir esta “dinâmica de desenvolvimento interno”, como veremos mais detalhadamente a seguir, é origem de sua vulnerabilidade externa, que necessita da importação recursos (tecnologia e bens de capital, por exemplo) para aumentar a produtividade nacional, e encontra na demanda externa a principal fonte de realização da sua produção. Nas palavras de Furtado:

Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia. (FURTADO, 1974, p. 22)

Integrada ao sistema capitalista mundial, examinemos o ciclo do capital na economia dependente, no intuito de compreender os efeitos que a introdução da tecnologia provocou em seu sistema de acumulação.

2.3 Ciclo de Acumulação de Capital na Economia Dependente

Na economia dependente a origem do capital D classifica-se de três maneiras diferentes. Pode ser capital nacional, ou seja, capital produzido dentro do território nacional; capital público, aquele que inicia seu ciclo de acumulação através de impostos e de lucros gerados por empresas públicas; ou capital estrangeiro que ingressa à economia.

Vale ressaltar que o capital público, principalmente aquele que é transformando em infra-estrutura, tem a capacidade de gerar mais-valia privada, de qualquer capital que se instale em território nacional.

Hay que tener presente, desde luego, que no todo el gasto estatal es productivo, es decir, no todo este gasto lleva a la acumulación de capital. Esto depende de la proporción, dentro del gasto público, de las partidas que se destinan propiamente al capital: sea la que corresponde a las inversiones estatales, o a las transferencias de plusvalía al capital privado para alimentar la inversión privada; en este último caso, están aquellos gastos que el estado realiza para hacer más rentable la inversión privada (infraestructura, etcétera). (Marini 1979, p. 41)

O capital estrangeiro incorpora a economia dependente de duas maneiras, direta e indireta. Os investimentos diretos ocorrem quando o capital estrangeiro é invertido em compra de meios de produção e apropria-se assim integralmente da mais-valia gerada. Os investimentos indiretos são aqueles que ocorrem via empréstimos e financiamentos, onde capitalistas nacionais e/ou o Estado assume a obrigação sobre a mais-valia gerada pelo capital. Os investimentos diretos se deram, na América Latina, predominantemente até os anos 60, a partir daí os indiretos passaram a ser mais comuns. O investimento direto assume os riscos da produção, pois é capital imobilizado, já o indireto além de não assumir este risco, é tomador de juros.

La forma predominante del capital financiero tiende a ser la de la inversión indirecta. El tipo de remuneración que obtiene cambia en este caso: a diferencia de la ganancia o beneficio industrial, el capital extranjero, además de las cuotas de amortización, cobra tasas de interés que se deducen de la plusvalía generada por la inversión productiva que, él contribuyó a generar, sin haber asumido, sin embargo, los riesgos de la producción y realización de esa plusvalía. (MARINI 1979, p. 42)

Perceber a origem do capital é necessário para complementar o estudo de Marini na “Dialética da Dependência”, principalmente a partir do momento em que na economia dependente se introduz a tecnologia gerada fora do processo de acumulação capitalista interno a nação. Este processo leva ao aumento da “brecha tecnológica”, ou seja, a diferença entre países periféricos e de centro de criar condições para aumentar a produtividade do capital.

O capital estrangeiro, a partir do momento em que contribui para a produção da economia dependente, seja de maneira direta ou indireta, tem direito a uma parte da mais-valia gerada dentro da mesma. Este direito é o fator que abre as portas para a transferência de mais-valia.

Quando internalizado a economia dependente o capital estrangeiro não atende aos interesses dos agentes econômicos que ali se localizam mais aos interesses da acumulação da região de onde ele procede.

En su primera fase de circulación – de la que depende el proceso de acumulación – actúa un factor externo a la economía dependiente, un factor que se encuentra totalmente fuera de su control: el capital extranjero, y que, sin embargo, el hecho de que se incorpore a esa fase de circulación, lo internaliza, por así decirlo, lo constituye en facto directo del ciclo del capital de esa economía. (Marini 1979, p. 44)

O capital estrangeiro ao se transformar em meios de produção possui vantagens na compra e na utilização de bens de capital e de tecnologia. Esta vantagem é conhecida como monopólio tecnológico. O capital interno para usufruir de tecnologia externa tem que comprá-la pagando taxas conhecidas como royalties, patentes e outros; já o capital estrangeiro, além de não precisar deste “custo extra”, ao investir na economia dependente, recebe de volta parte do investimento de maneira imediata, através da importação de bens de capital e outros bens aos quais possui a tecnologia. A impossibilidade da criação de tecnologia nacional, e, por conseguinte, o aumento da brecha tecnológica contribui para o aumento da transferência de mais-valia. Se isso não fosse suficiente, no intuito de atrair investimentos externos, vantagens comerciais também são dadas para o capital estrangeiro por parte do Estado que governa a economia dependente. Ao usufruir de tecnologia externa o capital adquire significativas melhoras de produtividade e qualidade de produtos relativamente à tecnologia interna e ampliam a produção de bens de consumo se apoiando em fatores externos, tornando a economia também dependente em tecnologia e bens de capital.

Para completar a primeira fase do ciclo de acumulação do capital na economia dependente, além de observar quais os interesses do capital aplicado no país dependente vai servir, é necessário observar a dupla dependência econômica gerada pelo capital estrangeiro. Por um lado pela diminuição dos custos da produção nacional e fornecimento de produtos de maior qualidade tecnológica (dependência tecnológica), e por outro por repassar mais-valia aos detentores de patentes e do capital, que se situam em região do mundo (gera a obrigação pela transferência de massa de mais-valia).

Sin embargo, la fase de producción no es independiente respecto a la primera fase de circulación; la manera como esta se realiza condiciona el proceso de producción imprimiéndole características propias. (Marini 1979, p. 46)

O fato de o capital externo dar direito a repasses de mais-valia gerados na economia dependente e a dependência tecnológica criada pela produção de produtos desenvolvidos por economias mais avançadas tecnologicamente, nas palavras de Marini (2000, p. 46): “el ciclo de capital de esa economía se encuentra doblemente articulado y es doblemente dependiente respecto al exterior (...) tanto lo que se refiere al capital dinero, como en lo que respecta al capital mercancía” ou seja, a dupla dependência da economia latino-americana reflete no processo de produção P encontrado em nossa fórmula do ciclo do capital, e demonstra como o capital estrangeiro internalizado a economia dependente passa a comandar o processo de produção.

Como vimos, o monopólio da tecnologia pelo capital estrangeiro gera um lucro extraordinário, que por sua vez cria vantagens competitivas frente ao capital nacional que provocam a tendência ao monopólio também do processo de produção dentro da economia dependente. Quando não existe a centralização do capital, existe pelo menos a persistência na obtenção do lucro extraordinário, o que dá vantagens absolutas ao capital estrangeiro frente ao nacional. A este fenômeno Marini (2000) nomeia de monopolização precoce nas economias dependentes, vejamos agora suas conseqüências.

A monopolização precoce na América Latina, apesar de provocar intensa concentração de capital, mostra-se muito mais favorável a manter seu lucro extraordinário diante a indústria nacional. Em reação, a única maneira que a indústria nacional encontra para manter seus níveis de mais-valia próximos dos seus concorrentes é através da superexploração dos trabalhadores, visto que melhorias de produtividade, dado monopólio tecnológico, nunca poderão colocar os níveis de mais-valia dos capitais nacionais e estrangeiros nos mesmos patamares. A superexploração dos trabalhadores é por definição, diminuição da remuneração dada ao meio de produção trabalho, sem que haja a correspondente diminuição do custo de sua reprodução.

Tendo em vista que o capital estrangeiro também utiliza mão-de-obra que é remunerada de acordo com a média interna de preços, este também será favorecido pela superexploração. As conseqüências da monopolização precoce dado o lucro extraordinário e a superexploração do trabalho são evidentes na segunda fase de circulação $M' - D'$ no ciclo de acumulação de capital na economia dependente.

Nesta fase, as mercadorias, sejam elas bens de consumo diário, bens de luxo ou bens de capital, correm em busca de sua realização. A primeira contradição apontada por Marini

(1979) entre o ciclo de acumulação de capital em uma economia capitalista de centro e uma economia dependente é o fato de que na segunda, mesmo com uma carência de bens de capital, devido a sua oferta externa a produção dos mesmos não é estimulada. Como vimos na primeira fase de circulação, a prolongação da produção de bens de consumo é característica da economia dependente. Esta contradição por si, já garante a reprodução da condição dependente da economia, pois cria uma barreira na dinâmica interna de geração de tecnologias (o aumento da brecha tecnológica).

La adquisición de medios de producción en el mercado mundial no es, de por sí, una característica de la economía dependiente. Ningún país capitalista, ninguna economía en general vive hoy aislada. Lo que caracteriza a la economía dependiente es la forma aguda que adquiere esta característica y el hecho de que ella responde a la estructura misma de su proceso histórico de acumulación de capital (...) en los países capitalistas avanzados, la tendencia general del proceso de industrialización fue la de producir primero bienes de consumo para desarrollar después la producción de bienes de capital (...) una industrialización que podemos llamar de orgánica. (...) los países dependientes van a prolongar la fase que corresponde a la producción de bienes de consumo (...) se apoya en buena parte en el sector de bienes de capital de los capitalistas avanzados. En consecuencia esa industria manufacturera es dependiente. (MARINI 1979, p. 45)

Como aqui, nos interessa observar a origem da característica exportadora da economia dependente, vejamos então o porquê de a realização das mercadorias produzidas internamente não ocorrerem também internamente.

2.4 A Economia Exportadora

O sistema de acumulação capitalista mundial a qual está inserida a economia dependente impede a formação de uma dinâmica interna (orgânica) de desenvolvimento da produtividade do trabalho e degradam suas condições de consumo. “Economia exportadora” é o conceito que será utilizado para demonstrar como a reprodução do capital em uma economia dependente só é possível se buscar a realização de sua produção através da exportação.

A superexploração do trabalho, na tentativa de o capital nacional compensar a sua menor produtividade frente à produção do capital estrangeiro provoca a diminuição dos salários médios, ou seja:

(...) se refleja en una escala salarial cuyo nivel medio se encuentra por debajo del valor de la fuerza de trabajo lo que implica (...) (los obreros calificados, los técnicos etcétera) ven su salario constantemente presionado en sentido descendente, arrastrado hacía bajo, por el papel regulador que cumple el salario medio respecto a la escala de salarios en su conjunto. (MARINI 1979, p. 53)

Além da queda no poder de compra da classe trabalhadora, os lucros capitalistas, que também são fontes de realização de mercadorias, não operam como nas economias centrais. O primeiro ponto a ser esclarecido neste sentido é o fato de que o direito a transferência de mais-valia ao exterior, criado na primeira fase de circulação do capital, pelos próprios interesses do capital aplicado na economia dependente, faz com que boa parte da mais-valia gerada a deixe, rumo a sua nação de origem, muitas vezes para as matrizes das empresas multinacionais. Além deste efeito, a mais-valia que continua na economia dependente se divide em duas partes, uma que vai dar continuidade ao processo de acumulação, e outra que vai servir para o consumo.

A economia exportadora é resposta as condições peculiares da formação do mercado interno da economia dependente que dispõe de níveis de consumo além de muito reduzidos, devido a remessas de mais-valia ao exterior e ao efeito da superexploração do trabalho – diminuindo a capacidade de sua ampliação – a incapacidade de gerar um desenvolvimento “orgânico” que levaria ao aumento da produtividade do capital nacional. Para Marini (2000, p.142) “dedicada a produção de bens que não entram ou entram muito escassamente na composição de consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salários próprias dos trabalhadores”, colocando como solução para a realização da produção nacional a demanda externa – as exportações.

Na economia dependente os salários tornam-se suscetíveis a diminuição em nome de maiores margens de mais-valia aos capitais sem comprometer a realização da produção. A parte da mais-valia que não é acumulada, ou seja, destinada ao consumo, corresponde à maior parte do mesmo na economia dependente. Em outras palavras o que ocorre é a concentração do consumo por setores de classe média, sustentados por mais-valia não acumulada. Para que essa classe ganhe força política e alcance um determinado número de integrantes

significativo, o capitalismo periférico lança mão de um mecanismo que aumenta a produtividade do trabalho e não muda o eixo da acumulação capitalista dependente para uma forma “orgânica”, ou seja, não garante maiores condições de consumo ao assalariado, este mecanismo é a importação de tecnologia externa como vimos na primeira fase de circulação de capital da economia dependente.

A necessidade de generalizar o consumo de manufaturas, o que corresponde aquela em que, na economia clássica, os bens suntuários tiveram que se converter em bens de consumo popular (...) dá lugar a dois tipos de adaptações na economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias (...) e o esforço para aumentar a produtividade (...). O segundo movimento tenderia, normalmente, a provocar uma mudança qualitativa na base de acumulação de capital, permitindo ao consumo individual do operário modificar sua composição e incluir bens manufaturados. Se agisse sozinho levaria ao deslocamento do eixo da acumulação da exploração do trabalhador ao aumento da capacidade produtiva. No entanto é parcialmente neutralizado pela ampliação do consumo dos setores médios (...) que se derivam de mais-valia (...) no sentido de obstruir a transição desviando para um novo conduto a busca de soluções aos problemas de realização encarados pela economia industrial. Esse mecanismo é o recurso a tecnologia externa, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho. (MARINI 2000, p. 143)

Na economia dependente, como foi demonstrado, existe um aumento da diferença entre a baixa e a alta esfera de consumo³.

Passadas as duas guerras mundiais o mundo se reorganiza economicamente sob a égide norte-americana e passa a existir novamente a necessidade de manutenção da dependência. Os EUA alcançaram neste período índices de produtividade sem precedentes que geraram oferta de bens de capital para América Latina. Não foi mera coincidência então o recurso de aumento de produtividade adotado pela América Latina (importação de tecnologia), e nem aceitação de políticas econômicas voltadas para atrair investimentos externos, o ocorrido foi que uma nova função perante o sistema capitalista mundial acabou sendo absorvida, dada a nova organização mundial do trabalho. A concentração de capital a nível mundial foi tamanha que colocou nas mãos das grandes corporações recursos que seriam incapazes de serem aplicados somente nos países procedentes e/ou em outros países centrais. O desenvolvimento tecnológico se deu tão rapidamente que bens de capital obsoletos passaram a ser alocados em países periféricos. Com isso a América Latina perdeu a função de

³ Quanto maior o nível de concentração de renda, a produção de bens de luxo se orienta a introdução de novos produtos finais e não da difusão dos produtos já conhecidos, aumentando assim a diferença entre as necessidades de consumo em massa da periferia e de sua produção.

exportar simplesmente matéria-prima e outros produtos primários, para adquirir outras funções exportadoras também de produtos manufaturados.

A economia dependente por apresentar suas condições de consumo em níveis de concentração muito elevados, e orientar sua produção de acordo como uma demanda já existente e que se encontra no exterior, é impossibilitada de acumular capital de outra maneira que não seja através das exportações. Além de uma produção orientada ao consumo de uma pequena parte da população que está integrada com a dinâmica global de acumulação de capital, as condições de consumo são bastante limitadas.

Por el mismo de que el nivel de desarrollo capitalista es mucho más elevado en los países centrales, éstos exportaran a la economía dependiente la producción de artículos que son corrientes en ellas, pero que, en ésta, son suntuarios. En consecuencia la estructura de producción se separa progresivamente de la capacidad real y de las necesidades reales de consumo de las masas obreras. (MARINI 1979. p. 51)

A falta de condições aceitáveis de consumo interno e a falta de compatibilidade da produção interna com a necessidade de consumo da maioria população obrigam as mercadorias que devem se realizar para completar o ciclo de acumulação do capital na economia dependente a buscar este objetivo no exterior.

A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (Marini, 2000, pág 134)

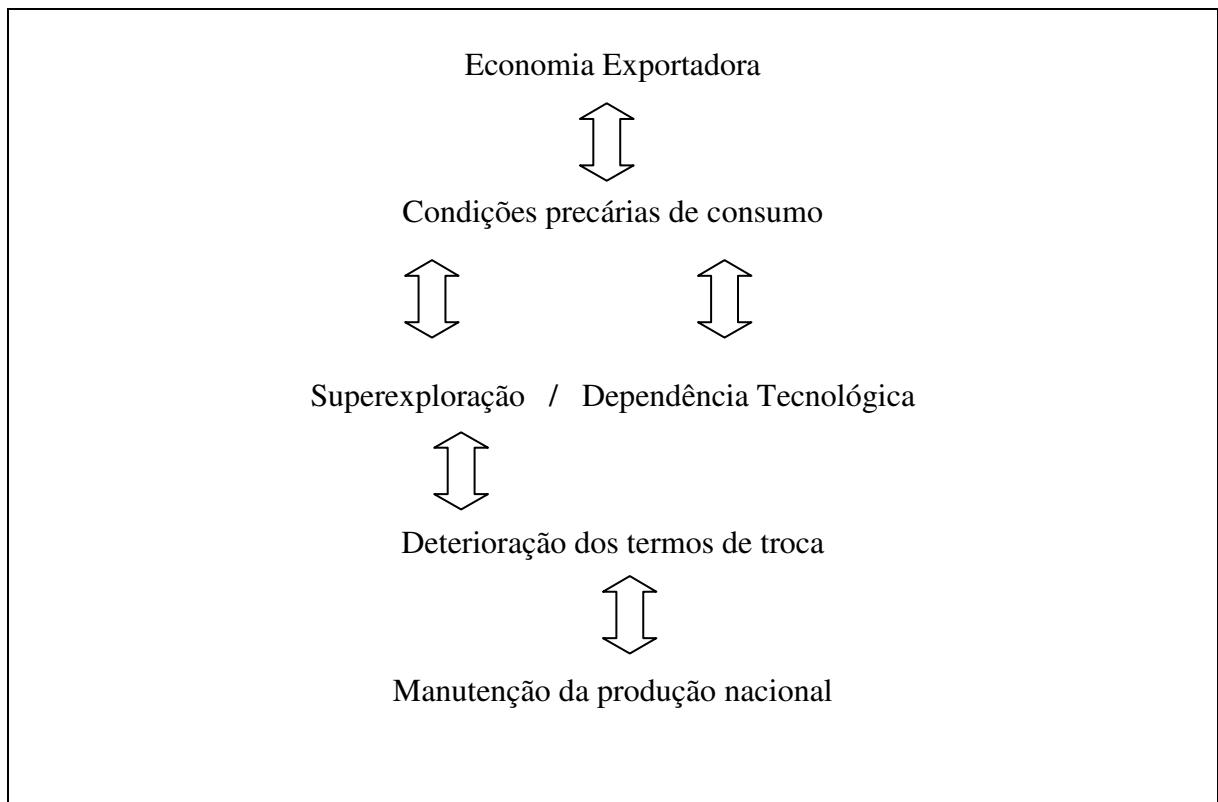
Em nível global, a reprodução do capitalismo dependente na América Latina traz por motivos já expostos, graves conseqüências a esta região do mundo como: o aprofundamento dos repasses de mais-valia ao exterior, a impossibilidade de criar uma dinâmica de desenvolvimento interno da economia, a diminuição das condições de consumo interno e a perda de autonomia dos Estados Nacionais da região, que são submetidos a acordos políticos e econômicos (abertura econômica) que garantem a manutenção do sistema descrito através da incessante necessidade de aumentar as exportações.

O fenômeno da substituição de importações, não anula a validade de que na economia dependente latino-americana está nas exportações a sua base de acumulação.

(...) por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora (e, por conseguinte, na extensão do mercado interno), em países como a Argentina, o México, o Brasil e outros, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, produzisse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Pelo contrário, a indústria seguiu sendo ali uma atividade subordinada a produção e a exportação de bens primários, que constituíam este sim o centro vital do processo de acumulação. (Marini 2000, pág. 136)

Mesmo com o desenvolvimento tecnológico na produção da economia dependente, e o aumento de sua capacidade de exportar produtos com cada vez mais tecnologia, os efeitos da dependência aqui descritos são reafirmados, e colocam os países subdesenvolvidos como fundamentalmente exportadores, pela impossibilidade de, dentro do sistema de acumulação capitalista mundial, desenvolver seu mercado interno, aproximando as esferas de consumo como ocorreu no capitalismo industrial clássico. A economia dependente se desenvolve a margem do desenvolvimento das economias centrais.

Vejamos agora, a origem da economia exportadora, de acordo com as categorias marxistas seguindo a dialética da dependência de Marini.



A economia exportadora procede da falta de condições de consumo interno, bem como a falta de sincronia da produção e do consumo interno. A superexploração do trabalho baixa o nível de renda da economia dependente de maneira generalizada, e a dependência tecnológica prolonga a produção de bens de consumo que são incompatíveis com a renda e a necessidade nacional, ou seja, só podem ser realizados dentro da alta esfera de consumo que se encontra em sua grande parte no exterior. A única maneira de o capital nacional, bem como a atividade exportadora competir frente ao capital estrangeiro, ou seja, de se integrar ao sistema de acumulação capitalista mundial, é suportando a forte deterioração dos termos de troca. Esta manutenção da produção passa obrigatoriamente pela superexploração do trabalho, que traz o equilíbrio entre as taxas de mais valia do capital nacional e estrangeiro, bem como importar tecnologia, que mesmo sendo fator de prolongação da dependência é imprescindível para que nesta economia se encontrem produtos em escala e qualidade desejados pela esfera alta de consumo. Tais produtos por não encontrarem condições de consumo internas recorrem então à exportação para a sua realização.

CAPÍTULO III – A ECONOMIA EXPORTADORA BRASILEIRA

As exportações brasileiras iniciam com a sua colonização, a partir do extrativismo de madeira em 1500. A primeira mudança estrutural, de ordem política, em sua organização se dá com a independência em 1822, transformando o Brasil de uma economia colonial para uma economia dependente.

Embora várias mudanças econômicas significantes tenham sido observadas no período colonial, como a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, a economia de mineração iniciada por volta de 1735, a expansão de outras atividades agrícolas tais como algodão, tabaco, cacau e também da pecuária; a ampliação da agricultura de subsistência para atender o crescimento demográfico, e por fim, a introdução do café; a transformação da economia exportadora colonial, para uma economia capitalista dependente se dá com a independência. Mesmo sem grandes mudanças na estrutura econômica, a independência abre a possibilidade de a economia brasileira não se integrar ao sistema capitalista mundial, mesmo que isso seja uma hipótese econômica e politicamente inviável. A intenção desta breve recuperação histórica é mostrar que não por uma questão de desenvolver a região recém “descoberta” mais para auxiliar a desenvolver a acumulação capitalista na Europa, o Brasil colonial se estrutura em uma economia exportadora. Marginalmente a economia de subsistência começa também a aflorar, no que, grosso modo, podemos considerar o início do desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

Após a independência passa a ser papel da divisão internacional do trabalho a função de manter o Brasil em compasso com as necessidades de desenvolvimento do capitalismo mundial estruturando-o em uma economia dependente.

Com o fenômeno da industrialização, e a crise internacional gerada pela primeira guerra mundial em 1914, o Brasil dá o primeiro passo contra sua integração ao sistema capitalista mundial, não por motivos internos a sua economia, mais, como não poderia deixar de ser, por motivos externos. Com a crise de demanda para seus produtos voltados a abastecer

o mercado externo, a lógica do ciclo de acumulação de capital da economia dependente é quebrada.

A primeira dificuldade encontrada pelo Brasil perante a recessão econômica mundial é a diminuição das exportações e a perda da capacidade de importar, gerando uma forte crise econômica. A acumulação de capital na economia dependente baseia-se na realização externa da produção, o desenvolvimento do mercado interno é marginal e o consumo interno se dá basicamente através da importação.

Com a onda de industrialização da década de 1910, a perda gerada pelas exportações provoca uma contradição nos interesses da classe agroexportadora brasileira, que estava até então financiando o desenvolvimento industrial, e a nascente classe burguesa industrial. A perda da capacidade de importar leva então ao primeiro esforço da economia brasileira a substituição de importações.

A crise mundial de 1929 trabalhará no sentido de manter a baixa capacidade de importar e, portanto, o esforço de industrializar a economia brasileira fora da lógica de acumulação de capital da economia dependente.

As transformações econômicas que se operam na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média, isto é, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e de um novo proletariado, que passam a pressionar aos antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. (Marini, 2000, p. 13)

Os resultados desta redefinição econômica e política brasileira desembocam no “Estado Novo”, onde surge um novo compromisso para minimizar o confronto político entre a nova burguesia industrial brasileira e a classe agroexportadora, a qual detinha o poder político, e conceder ao proletariado uma série de benefícios trabalhistas. Vale lembrar que esta nova configuração política no Brasil é fruto de uma crise externa a sua economia, que gerou conflito entre os interesses da nova classe industrial burguesa, e a classe dominante de cunho exportador. Os benefícios dos trabalhadores podem ser considerados uma tentativa de ampliar o mercado interno, e diminuir mesmo que minimamente, a dependência da realização da produção nacional no exterior, aproximando a produção nacional com as necessidades de consumo local (a substituição de importações). Não fosse a crise externa, não haveria motivos para a burguesia desalinhar seus interesses com a classe agroexportadora, pois ela também é capaz de financiar seu desenvolvimento, e também não teria surgido este movimento de

incentivo ao desenvolvimento do mercado interno, que contraria a lógica de acumulação de capital na economia dependente, trazendo-a para padrões mais similares aos da economia industrial clássica, mesmo com muitas limitações, como demonstra Frank:

(...) a substituição de importações não foi a política esclarecida de governos e industriais progressistas, mais antes a reação da burguesia – inclusive a parte dela anteriormente dependente das exportações de matérias-primas – a incapacidade deles em continuar a produzir, investir e lucrar durante a guerra e a crise da depressão do capitalismo internacional. (FRANK 1980, p. 163)

Dentre turbulências políticas causadas pela marcante posição dos agroexportadores no aparato do Estado brasileiro, vê-se um forte movimento que une as classes trabalhadoras e burguesas para o desenvolvimento do mercado interno, que prometia ser bom não só para a indústria nacional através do sistema de substituição de importações⁴, como também para o aumento das condições de vida do trabalhador e da classe média urbana (aproximação das esferas de consumo). Não é coincidência que esta nova onda política vivida no Brasil se estende conjuntamente com a recessão econômica mundial de duas grandes guerras e a crise econômica de 1929.

A aliança entre a direita brasileira representada pelos agroexportadores, e a burguesia industrial não é consistente em tempos de crise. O interesse em comum, que é o financiamento do desenvolvimento industrial através de superávits comerciais que servem principalmente para pagar por financiamentos e investimentos externos na indústria, bem como garantir a importação de tecnologia e bens de capital, é incompatível com a falta de realização das exportações. A crise nas exportações gera um duplo peso para o setor industrial, pois a classe agroexportadora além de utilizar o aparato estatal para garantir seus lucros através do controle cambial⁵, imobilizando recursos que poderiam ser utilizados no desenvolvimento da indústria, também não é capaz de financiar o desenvolvimento. Nos anos 50 o auge da crise dentre as classes começou – concomitantemente com uma nova fase da

⁴ A forma de "substituição", isto é, de resposta a crise do sistema exportador. (FURTADO 1974, p. 86)

⁵ O câmbio traduz fielmente a contradição nos interesses entre os exportadores e a classe industrial. Quando desvalorizado, aumenta os lucros exportadores e abre à indústria a concorrência externa. Quando valorizado a recíproca se torna verdadeira. Durante a crise na economia mundial, o câmbio foi mantido desvalorizado, de acordo com os interesses da classe exportadora, todavia a forte recessão mundial trabalhou no sentido de dar segurança a burguesia nacional, limitando a concorrência sofrida por esta.

expansão do capitalismo mundial – a produzir um contra movimento dentro da estrutura econômica brasileira.

Com o fim das grandes guerras e a forte expansão do capitalismo mundial sob a égide norte-americana surgem pressões que conduzem o Brasil a reingressar sua sincronia com o sistema capitalista mundial através do restabelecimento da lógica do ciclo de acumulação de capital na economia dependente. Não que esta lógica havia sido abandonada, mais como descrevemos, com a crise mundial, estava aberto espaço para uma nova ótica desenvolvimentista, mais parecida com a que aconteceu nas economias industriais clássicas (desenvolvimento orgânico).

A impossibilidade de manter a harmonia entre exportadores e a burguesia nacional é agravada agora por um elemento cada vez mais marcante na economia brasileira, a remuneração do capital estrangeiro. A crise de exportação vivida no Brasil nesta época de expansão do capitalismo mundial se dá pela divergência de interesses com a burguesia nacional (dentre elas a disputa cambial), e não mais pelo fator externo, de recessão econômica.

Como a remuneração do capital estrangeiro só pode ser coberta normalmente com os recursos da exportação e como se assistia uma crise na exportação, era evidente a interação destes dois elementos do setor externo e suas repercussões sobre os interesses da indústria. (Marini, 2000, p. 18)

O resultado do conflito de interesses entre classes foi o suicídio de Getúlio Vargas, ao ver os interesses dos trabalhadores sendo subordinados a vontade da classe exportadora, preferindo retirar-se da cena política para entrar na história.

A atuação do ministro da Fazenda Eugênio Gaudin demonstra claramente como seria organizada a economia brasileira nos anos seguintes. Sua dedicação a colaboração com o capital estrangeiro e seu posicionamento contrário a qualquer programa intensivo de industrialização, principalmente de cunho nacionalista, fornecem indícios do restabelecimento total da economia brasileira a lógica dependente de acumulação. Como marco deste retorno faz-se referência a instrução 113 da SUMOC (Superintendência do Crédito e da Moeda, atual Banco Central) de 1956 que sem alterar a taxa de câmbio, criava facilidades excepcionais a entrada do capital estrangeiro. A burguesia nacional só aceitou o amplo ingresso destes capitais em virtude da pressão que o setor externo da economia brasileira impôs para que fosse abandonado o plano de industrialização de cunho nacional, e que colocou os

exportadores e o capital estrangeiro lado a lado frente a um objetivo comum: a realização de superávits comerciais que aumentava a necessidade de exportar no intuito de remunerar capital estrangeiro, que será a principal fonte de financiamento do novo projeto de industrialização nacional. A instrução 113 pode ser considerada o fim da tentativa de desenvolver o Brasil nos moldes da economia industrial clássica e, agora, dada as novas condições econômicas norte-americanas com a necessidade de escoamento de capital obsoleto, juntamente com a reconfiguração da divisão internacional do trabalho onde a economia dependente além da função de produzir produtos primários, avança para os manufaturados – moldando a economia brasileira de maneira complementar a acumulação capitalista de países centrais – e nem por isso deixando de absorver os benefícios marginais do desenvolvimento mundial como “desenvolvimento interno”.

A crescente atuação do capital estrangeiro na economia brasileira passa a ser o principal fator de manutenção de sua dependência e ao mesmo tempo sua principal perspectiva de investimento, portando, desenvolvimento. Sua atuação muda a postura da grande burguesia nacional, que se beneficiando do crédito gerado pelo capital estrangeiro pode também tirar proveito da instrução 113. A presença política do capital estrangeiro na economia brasileira passa a ser cada vez mais forte, trouxe a reconciliação entre as classes agroexportadora e burguesa, criando novamente um interesse mútuo; afinal, com a participação do capital estrangeiro na ampliação do capital nacional a necessidade de exportações se torna também importante para a grande burguesia. Ao mesmo tempo o desenvolvimento industrial não depende mais das substituições de importações, mais está também direcionado a fortalecer a economia exportadora. Em contrapartida ocorreu um processo intenso de racionalização da produção nacional, ou seja, setores e empresas menos competitivas (geralmente atreladas ao mercado interno) começam a “quebrar”, gerando uma onda de concentração de capital, ou, em outras palavras, gerando a monopolização precoce da economia e um novo descompasso entre a produção e as necessidades de consumo local. Os prejudicados desse movimento foram aqueles com menos representação política, a pequena burguesia e o proletariado, que enfrentará uma forte crise de desemprego acompanhada com a diminuição do salário real.

O levante político dos trabalhadores, que estavam vendo sua renda diminuir, desembocou na ditadura de 64 que foi interessante ao capital estrangeiro e a grande burguesia nacional, que diferentemente de outrora, não visa mais nenhum desenvolvimento interno para realização de seus produtos, pois se vincula a expansão do capitalismo mundial para este fim.

A ditadura, nestes termos, não passa de uma maneira política de coerção das massas trabalhadoras no intuito de expandir a lógica de desenvolvimento instalada desde a morte de Getúlio, sem a barreira das lutas por salários dos trabalhadores, que além de desestabilizar politicamente o Brasil, não atende os interesses do capital estrangeiro, que necessita de baixos salários na periferia do sistema para expandir sua acumulação. A ditadura se apresenta como única saída para o desenvolvimento através da lógica dependente de acumulação de capital, devido às condições apresentadas para o Brasil da época.

Dentro deste histórico é importante verificar as formas estruturais em que se organiza a economia brasileira, observando sempre uma variável independente, as crises e expansões do setor externo, e o respectivo movimento social interno de integração ao a este setor, bem como o movimento econômico no mesmo sentido.

Até mesmo, Furtado (1974), que não atribui a dependência a estrutura capitalista global a qual o Brasil está inserido, mais as necessidades de consumo de classes de “elite”, reconhece que a formação econômica nacional está condicionada a movimentos externos a sua economia.

Uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes mudanças qualitativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional. Algumas indústrias surgem integradas a certas atividades exportadoras, e outros como complementos de atividades importadoras. De uma forma ou de outra elas ampliam o grau de integração do sistema econômico internacional. Nas fases de crise deste ultimo, procura-se reduzir o conteúdo de importações de certas atividades industriais, o que leva ocasionalmente a instalação de indústrias integradoras do sistema a nível nacional. (FURTADO, 1974 p. 25)

Para entender o crescimento econômico verificado na ditadura militar, é preciso verificar novamente a integração brasileira frente ao capitalismo mundial em um período de expansão. Como potência hegemônica os Estados Unidos alcançaram níveis de produtividade e acumulação de capital imprescindíveis, gerando a necessidade de alocar os mesmos em forma de investimentos, de maneira a manter aquecida sua economia. Além da reconstrução européia e a política econômica de caráter keynesiano na indústria bélica, os investimentos externos em países como o Brasil aparecem como fonte de acumulação mais ampla para estes capitais. Estes impulsos de investimentos no exterior buscam, acima de tudo, o repatriamento do capital investido em um nível superior, ou seja, após completar o ciclo de acumulação do capital. Os “benefícios” a economia brasileira gerados de tais recursos são incontestáveis,

assim como também é incontestável o condicionamento do desenvolvimento brasileiro frente o interesse destes capitais.

A ditadura militar amplia o modelo de desenvolvimento através da integração brasileira ao capitalismo mundial, e mesmo não havendo nenhuma mudança estrutural (salvo o fim da chamada “política externa independente”, que visava ampliar os mercados exportadores que o Brasil destinaria seus produtos manufaturados, dentre eles África e América Latina) na economia desde 1954, a ditadura aparece como solução por duas características fundamentalmente políticas, a coerção das massas que reivindicavam melhores condições de vida, e a estreita ligação com os Estados Unidos, que por transpor “segurança” aos investidores internacionais, principalmente os norte-americanos, é capaz de expandir ainda mais os níveis de empréstimos que financiam a expansão industrial nacional, bem como abrir ainda mais o mercado estadunidense para as exportações brasileiras. Este estreito ciclo comercial era o que a diplomacia brasileira chamava de interdependência continental.

(...) no plano interno, a política econômica do governo Castelo Branco beneficiou amplamente as grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas a indústria pesada, ao mesmo tempo que, pela retração deliberada que provocava na demanda, tornou praticamente intolerável a situação para a pequena e a média indústrias, vinculadas a produção de bens de consumo não duráveis. Em outras palavras, revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, altamente tecnificada e dotada de forte capacidade competitiva, capaz de converter o país em potência industrial. (MARINI 2000, p. 63)

O desenvolvimento econômico estruturou-se baseado em dois pilares: nos baixos salários pagos a classe trabalhadora (devido também ao crescente aumento do desemprego), e a incorporação brasileira a nova divisão internacional do trabalho, como produtor de produtos cada vez mais tecnológicos, mesmo que não de vanguarda, como podemos observar nas palavras de Frank (1980, p. 163).

Em anos recentes, esta mesma burguesia se tornou um entusiástico sócio menor dos monopólios multinacionais na nova divisão internacional do trabalho emergente, que os últimos como conquistadores, piratas e plantadores de antigamente, estão difundindo por todo o mundo. Este desenvolvimento da divisão internacional do trabalho requer que os países subdesenvolvidos substituam um tipo de exportação por outra, em consonância com a substituição nas economias metropolitanas das exportações de bens de consumo por bens de produção e tecnologia. Deste modo, alguns países periféricos agora produzem domesticamente certos artigos industriais, primeiro para o mercado interno, depois para exportação para mercados vizinhos e, finalmente para a própria metrópole, quando não podem mais ser produzidos tão lucrativamente lá. (...) Longe de diminuir a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos metropolitanos, esse processo apenas intensifica a

dependência e fracassa da resolução do problema central do desenvolvimento do mercado interno na maioria dos países subdesenvolvidos.

A figura I demonstra a maior participação de bens manufaturados no montante total das exportações brasileira á partir de 1964.

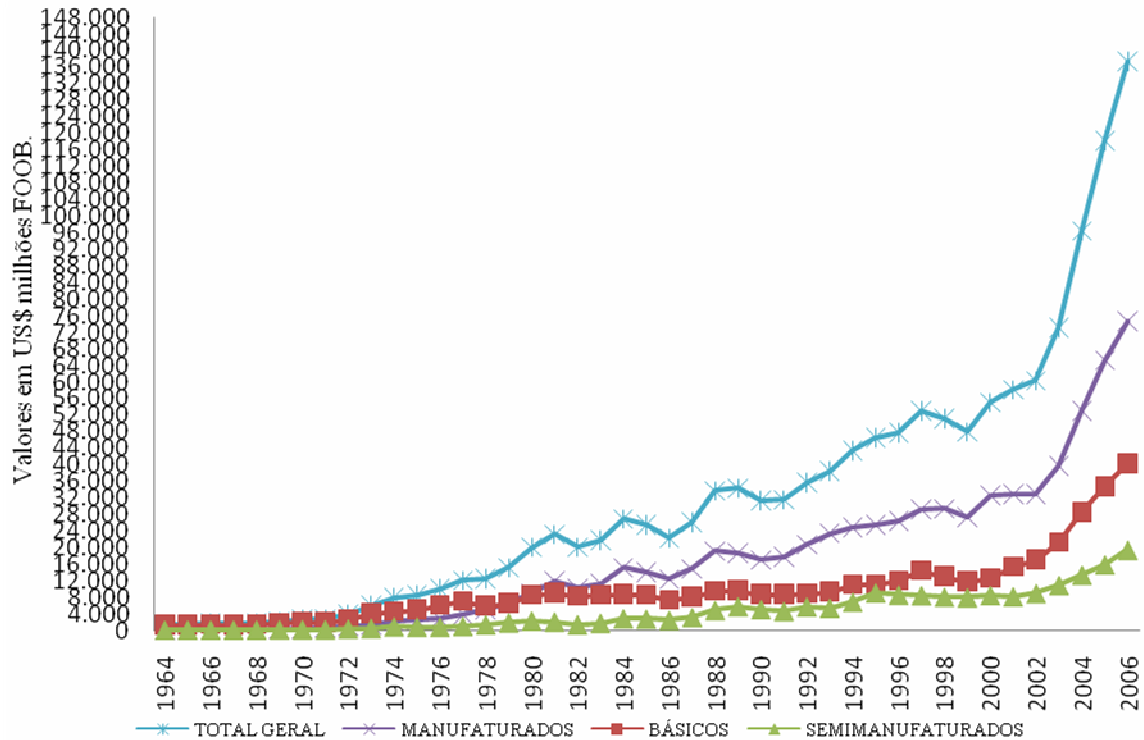


Figura I: Exportação Brasileira por Fator Agregado – 1964/2006.

Fonte: MDIC/SECEX

O modelo de desenvolvimento tem na economia exportadora sua base, pois do desempenho das exportações, os investimentos estrangeiros vão criar expectativas de realização de lucros no Brasil. O crédito para o desenvolvimento nacional por ser de origem externa, coloca sua disponibilidade para investimento de acordo principalmente com o desempenho das exportações nacionais.

As conseqüências da intensificação do crescimento brasileiro durante a ditadura são exemplares ao desenvolvimento da economia dependente, muito bem explicitados por Marini (2000, p. 69).

(...) têm, no entanto que aceitar sua contra partida: em um país de forte crescimento demográfico, que lança anualmente ao mercado de trabalho um milhão de pessoas, a instalação de uma indústria relativamente moderna cria um grave problema de desemprego, ainda que com isso a burguesia solucione de seu ponto de vista, os problemas que coloca o custo de produção industrial que a economia brasileira apresenta, como toda economia subdesenvolvida, a aguda escassez de mão-de-obra

qualificada apesar dos excedentes de mão-de-obra. Assim, seja por sua política de reforço de aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica.

A limitação no consumo da sociedade brasileira representada pelos baixos salários reafirma a posição da economia como fundamentalmente exportadora.

Em suma, a reprodução da dependência é intensificada com a nova divisão internacional do trabalho e observada na má remuneração da mão-de-obra nacional e no descompasso entre a produção nacional e as necessidades de consumo em massa (ampliada com a racionalização da produção). O consumo da população que sofrem os efeitos da superexploração do trabalho, que outrora eram satisfeitas por importações de produtos básicos ou pelo crescimento marginal do mercado interno, são submetidas a produção interna de bens de consumo em grande parte de empresas transnacionais, com elevado grau de monopolização. Com efeito, a força de trabalho estabelecendo sua função de produtor muito acima a de consumidor, a forte concentração de renda juntamente com a necessidade de exportar para realizar os lucros do capital estrangeiro e garantir a capacidade de importação e de investimentos, imprimem a estrutura da economia brasileira. O aumento das exportações se torna protagonista dos modelos de desenvolvimento para o Brasil.

CAPÍTULO IV – EXPORTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

4.1 O Boom Exportador

A partir do momento em que a necessidade de aumentar os níveis de exportação se torna segundo muitos economistas, a principal maneira de gerar desenvolvimento rápido e sustentado, e como desde 1999 se vive um forte aumento das exportações, é importante observar a capacidade deste movimento de realizar uma mudança estrutural na economia brasileira – que desloque o eixo de acumulação de capital do setor externo para o interno – fortalecendo as forças produtivas nacionais, e verificar quais benefícios desta elevação nas exportações estão sendo incorporados a população brasileira em termos de aumento do acesso ao consumo em massa que caracteriza uma nação desenvolvida.

Poucos temas gozam de tanta unanimidade entre os economistas brasileiros atualmente como a necessidade de o país aumentar significativamente suas exportações. (PINHEIRO 2002, p. 7)

O superávit da balança comercial brasileira começa a partir do ano 2000, embora apresente números significativos somente no fim de 2002. Ele pode ser atribuído, inicialmente, a desvalorização do real de 1999 e posteriormente a elevação dos preços internacionais das commodities.

Segundo o World Economic Outlook (2008), desde a virada do século 21, o mundo vive em um período de elevação nos preços das commodities. Este fato não ocorria há mais de duas décadas.

Overall, the current boom seems largely associated with increased demand for commodities on the part of China and other fast-growing economies in Asia, with is out pacing the increases in supply. (WEO 2008, cap. 5 p. 7)

Os produtos que melhor representam a atual alta de preços internacionais são: os derivados de petróleo, produtos alimentícios como milho, cereais, soja, óleo de soja, outros produtos agrícolas brutos, borracha e metais como alumínio, níquel e cobre. O principal diferencial da atual elevação de preços é, sem dúvidas, o seu tempo de duração. Os metais estão com preços elevados em média a 58 meses, partindo de março de 2003; a soja está a 36 meses, partindo de janeiro de 2005. O tempo de duração de outros períodos de altas nunca passou de 18 meses para os dois produtos mencionados. Apesar do prolongado período de altas, historicamente, o aumento nos preços das commodities sempre são seguidos do aumento da oferta dos mesmos, regularizando os preços a nível mundial e expondo as diferentes regiões do mundo a diferentes deteriorações de termos de troca de acordo com a produtividade de cada região.

Para analisar como o Brasil está posicionado diante deste boom, como o WEO (2008) mesmo sugere, a primeira coisa que deve ser observada é qual a sua composição de importações e exportações, e a partir daí verificarmos que conseqüências o boom nas exportações terá para a economia nacional.

A primeira relação que podemos tirar é a íntima ligação dos superávits comerciais brasileiros com o referido boom.

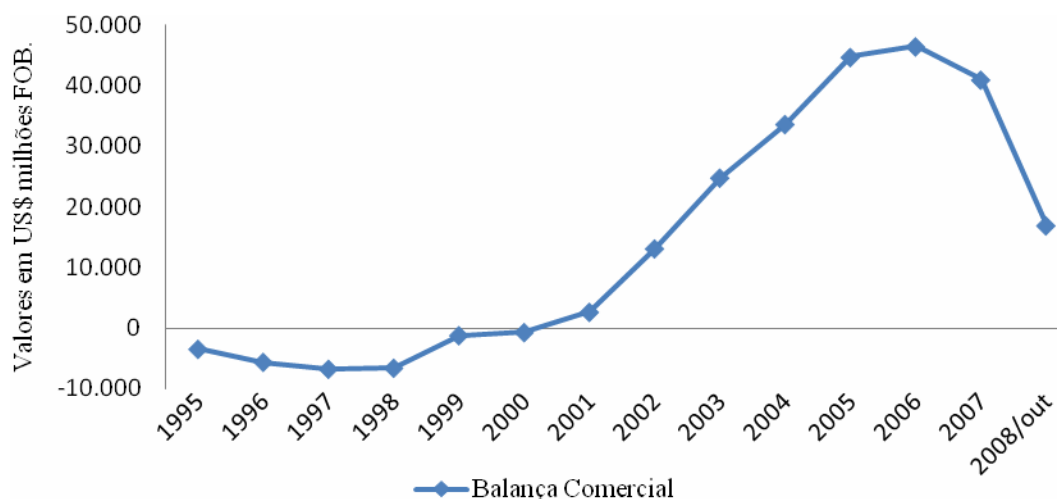


Figura II: Balança Comercial, 1970-2007.

Fonte: IPEADATA, Elaboração própria.

Após o ajuste externo da economia brasileira, o plano real de 1994, que estabilizou os índices de inflação, e a desvalorização do real de 1999, realizada no intuito de promover as exportações, a partir do ano 2000 começa a aparecer números positivos na balança comercial brasileira.

Com exceção de Embraer e Volkswagen, as oito demais empresas líderes, no período de janeiro a junho, atuam no mercado de commodities (...) é o efeito do preço das commodities. Esses dados são o reflexo do auge do ciclo de alta. (Landin 2008)

Assim como está relacionado o aumento da participação das empresas exportadoras de commodities com a elevação dos preços internacionais, também estão os expressivos índices de exportação apresentados pela economia brasileira.

O ritmo de crescimento do valor obtido com a exportação de commodities é expressivo. Uma das maiores tradings de soja do país, a ADM aumentou em 143% as exportações no primeiro semestre em relação a igual período de 2007, atingindo US\$ 1,38 bilhão (...) a Bunge Alimentos, que comercializa soja e açúcar, segue como a quarta maior exportadora do país, mas sua fatia das vendas totais subiu de 2,4% no primeiro semestre de 2007 para 3% nos primeiros seis meses deste ano (...) a Petrobras se manteve como a maior exportadora brasileira no primeiro semestre e sua participação cresceu graças ao preço do petróleo, que atingiu o recorde de US\$ 146 por barril no dia 3 de julho. No primeiro semestre de 2007, a estatal respondia por 7,4% das vendas externas do Brasil. Esse percentual chegou a 9,5% de janeiro a junho. (Landin 2008)

O que é importante nesta relação é o fato de o aumento das exportações estarem acontecendo de acordo com o aumento da demanda global por commodities.

O quadro 1 mostra quais as principais commodities em situação de alta nos seus preços. A relação destas com os superávits comerciais brasileiros são diretamente proporcionais, quando comparamos os produtos nacionais que geraram maior saldo na balança comercial. Segundo o IEDI (2007 pág. 1):

No que se refere à geração de saldos comerciais, no ano de 2007 o maior gerador foi o segmento de *cereais*, com US\$ 13,9 bilhões ou 34,7% do saldo comercial total, mesmo com um grande aumento de suas compras externas. Em 2006, o destaque tinha sido agricultura tropical. Em seguida vêm o setor de *produtos animais*, com US\$ 11,4 bilhões ou 28,6% do saldo total, os segmentos de *agricultura tropical* (café, açúcar, frutas como destaques) respondendo por 28,0% do saldo (US\$ 11,2 bilhões), e o setor *matérias primas*, com 22,8% do total.

Tabela I - Properties of Commodity Price Booms, 1960–2007

	Current phase	Latest turning point ²		Price Changes (percent)		Duration (months)	
				From latest turning point	Average of past booms ³	From latest turning point	Average of past booms ⁴
Crude oil (IMF APSP) ⁶	Boom	Dec. 2001	T	210.1	54.0	73	18
Metals	Boom	Mar . 2003	T	104.8	43.0	58	22
Aluminum	Boom	Apr . 2003	T	29	41.0	57	22
Copper	Boom	Oct . 2001	T	212.5	61.0	75	21
Nickel	Boom	Oct. 2005	T	74.9	84.0	19	29
Food	Boom	Nov. 2004		30.4	21.0	38	18
Maize (corn)	Boom	Nov. 2004	T	62.2	39.0	38	19
Wheat	Boom	Apr. 2005	T	124.1	38.0	32	20
Soybeans	Boom	Jan. 2005	T	83.9	42.0	36	18
Palm oil	Boom	Jan. 2005	T	116.8	61.0	36	20
Soybean oil	Boom	Jan. 2005	T	100.9	50.0	36	18
Beef	Boom	Sep. 2004	P	-25,1	35.0	...	20
Beverages	Slump	Feb. 2006	P	0.0	47.0	...	19
Agricultural raw materials	Boom	Dec.2004	T	2.2	28.0	37	20
Rubber	Boom	Jan. 2005	T	77.2	56.0	36	21

1 T stands for trough, P for peak.

2 Average price increase during past booms (excluding the current boom).

3 Average duration of past booms (excluding the current boom).

4 Coefficient of a regression of the cyclical state in the commodity price on the cyclical state in global industrial production.

5 IMF average petroleum spot price.

Fonte: WEO 2008

Percebe-se a correspondência direta no setor de cereais, em especial a soja, matérias-primas e agricultura tropical.

Os produtos que mais contribuem para os elevados índices da balança comercial são aqueles que estão mais sujeitos ao desaquecimento da economia global, por não encontrarem na demanda interna mercado para sua realização, e por serem em sua grande maioria commodities.

O aquecimento da economia mundial, que a partir de 2007 já apresenta sinais de enfraquecimento também tem relação com o bom desempenho do setor externo brasileiro. O aumento da liquidez internacional com a desregulamentação financeira elevou os índices de crédito e de consumo internacionais, expandindo a demanda das exportações nacionais de produtos manufaturados.

Independente da composição das exportações, o sucesso da política econômica atribuído ao governo Lula, é em grande parte devido aos elevados índices de superávit comercial e a estabilidade econômica interna. A conjuntura favorável propiciou o amplo ingresso de investimentos externos diretos que passaram a financiar a infra-estrutura nacional, e proporcionar um generalizado aumento no crédito – importante para o crescimento da economia em geral (produção de bens, serviços e aumento no consumo.)

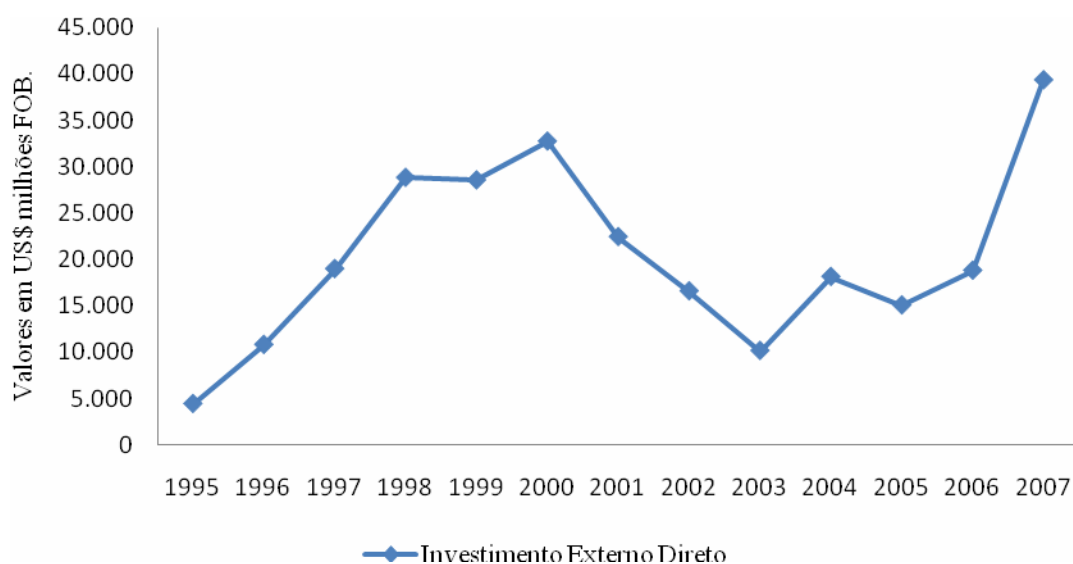


Figura III: Investimento Externo Direto, 1995-2007.

Fonte: Bacen. Elaboração própria.

(...) é preciso alcançar resultados positivos na conta de comércio via crescimento das exportações, e não através da queda das importações, que já foi bastante acentuada em 2002. De acordo com esse ponto de vista, o Brasil deveria buscar um aumento das exportações grande o suficiente não apenas para gerar saldos comerciais, mais também para viabilizar o aumento das importações que se fará necessário em um novo ciclo de investimento e crescimento, para estimular a eficiência e o aumento da produtividade para reduzir a sua vulnerabilidade externa, importante componente do chamado “risco Brasil”, o qual onera o custo de financiamento externo e interno do país. (Pinheiro 2002, p. 7)

Nos termos colocados por Pinheiro (2002) a “euforia” do governo atual não é vã. Nos últimos anos o Brasil vem alcançando recordes tanto em importações como exportações.

As exportações somaram a cifra de US\$ 90,6 bilhões, valor recorde para o período. As importações atingiram, igualmente, valor recorde, ao totalizar US\$ 79,3 bilhões. Com isso, o intercâmbio comercial do Brasil atingiu US\$ 169,9 bilhões, valor inédito para o período, com superávit de US\$ 11,4 bilhões. Estas cifras indicam o prosseguimento do aumento do nível de abertura da economia e a maior inserção do Brasil no comércio mundial. Em relação ao primeiro semestre de 2007, as exportações cresceram 24,8% e as importações, 51,8%. (MDIC, Balança Comercial, 2008)

O crescimento do crédito também foi elevado com grande participação de investimentos externos, que alcançaram níveis antes só registrados com a onda de privatizações do governo FHC.

Brazil accounted for a large share of the rise in FDI to become the leading recipient in 2007 with \$35 billion, followed by Mexico and Chile (WIR 2008, p.59)

A questão a ser respondida é: até que ponto, o boom exportador apresentado pelo Brasil diminuiu a sua “vulnerabilidade externa”?

Segundo Pinheiro (2002), a vulnerabilidade externa é intimamente ligada à relação dívida externa/exportações, que é importante componente do “risco Brasil”, índice que onera os investimentos no Brasil. O aumento das exportações eleva, portanto o fluxo de investimentos para a economia, como podemos verificar relacionando os Gráficos II e III. O que parece não haver conexão é a correlação entre a “vulnerabilidade externa” e o aumento das exportações, tendo em vista que estas para serem realizadas dependem de um fator externo.

O aumento das exportações proporciona maior expectativa de realização de lucros do capital estrangeiro, e, no curto prazo, é comum a relação direta entre as exportações e o investimento estrangeiro. No entanto para manter o nível de crédito, é necessário que as exportações continuem crescendo e para isso, a demanda internacional inevitavelmente tem que continuar se expandindo. O ciclo de desenvolvimento que está sendo formado é dependente de um fator externo a: realização das exportações, o que confirma a condição de dependência da economia brasileira.

O crédito gerado pela economia exportadora é em grande parte dedicado ao aumento do nível das exportações, e reflete na ampliação da acumulação de capital estrangeiro.

FDI flows to Latin America and the Caribbean (LAC) rose in 2007 by 36%, to a record level of \$126 billion. The highest growth was noted in South America, boosted by the persistence of high commodity prices, with a particular upsurge of flows into Brazil. At the sectoral level, the primary sector saw the strongest increase in FDI, and most manufacturing-related FDI went to natural-resource-based activities. (...) The attractiveness of South

America for foreign investors is reflected in the continuous increase in the rate of return on inward FDI since the commodity price boom that began in the early 2000s (WIR 2008 p.58,59)

Em resumo, a partir do momento em que o boom exportador não provoca mudanças estruturais na economia dependente, no sentido de criar uma dinâmica interna de desenvolvimento, o quadro que se forma é a dependência de índices de exportação cada vez mais elevados para que haja disponibilidade de crédito. Este modelo de desenvolvimento, apesar de válido por aumentar a produtividade do capital investido no Brasil, não pode ser classificado como “sustentável”, afinal ele está sujeito a crises internacionais que possam abalar a demanda pelos produtos brasileiros. Parece ter caído no esquecimento o fato de que o crédito dependente de níveis de exportação cada vez maiores não pode continuar se expandindo em tempos de crise. Após o fim da elevação dos preços das commodities e o arrefecimento do crescimento econômico mundial mais uma vez a necessidade de criar um dinamismo econômico interno, que integre a produção nacional com as suas necessidades de consumo entrará na pauta dos economistas que buscam o desenvolvimento.

4.2 Exportação, Desenvolvimento e Consumo

Neste subitem será avaliada a capacidade das exportações de realizar “desenvolvimento” na economia brasileira de maneira sustentada, a partir da análise do modelo de desenvolvimento econômico sugerido por Antonio Delfin Netto (2005).

Segundo Delfin Netto (2005, p. 68):

O desenvolvimento econômico é um fenômeno que vai ocorrendo ao longo do tempo, com modificações contínuas e simultâneas no sistema produtivo e na composição da demanda. Ele resulta em um aumento persistente da disponibilidade de bens e serviços por habitante, usualmente denominado produto, ou renda per capita. O nível de renda per-capita confunde-se, para efeitos práticos, com o grau de desenvolvimento dos países, embora ele não seja exatamente sinônimo de bem estar social.

O conceito de desenvolvimento de Delfin Netto não apresenta debilidades com exceção de um ponto, que mesmo sendo utilizado para efeitos práticos, na análise de uma economia dependente onde seu desenvolvimento passa obrigatoriamente pela concentração de renda, a utilização da renda per-capita como parâmetro é grave, pois oculta as características estruturais que lhe é inerente. Tendo em vista que para uma nação ter acesso a uma gama de produtos e serviços cada vez mais amplos, obrigatoriamente haverá crescimento do produto e por conseqüência do produto per-capita, deve-se observar até que ponto a elevação do PIB representa uma real investida na transformação das bases estruturais as quais se encontra uma economia dependente. Se tal “transformação” não for objetivo de análise do modelo, não há nenhuma restrição a utilização deste parâmetro para o desenvolvimento, e nem o da sua substituição por índices mais “complexos” como o IDH.⁶

Seguindo em seu modelo de desenvolvimento, Delfin Netto afirma que além das condições iniciais do país – sua história, geografia, dimensão, instituições e práticas econômicas – são necessárias para acelerar o desenvolvimento:

1. As sociedades abertas, que respeitam plenamente as regras da lei e a propriedade privada e usam o mercado para alocar seus recursos (...); 2. Investimentos em capital humano e pesquisa são fundamentais (...); 3. O aumento da capacidade produtiva no longo prazo que é explicado por uma robusta correlação entre a taxa de crescimento do PIB e a percentagem de investimento em relação ao mesmo, e entre esta percentagem e o grau de abertura da economia em relação ao PIB. O nível de investimento privado depende do “espírito animal” dos empresários que é despertado quando vêem sua capacidade de produção perto do máximo e acreditam na ampliação da demanda futura. Ele é estimulado por um favorável ambiente institucional e um comportamento amigável do governo; 4. A participação no processo de integração da economia mundial melhora a eficiência estática da economia e aumenta a competitividade dinâmica que o comércio propicia; 5. O desenvolvimento sustentado exige uma preocupação com as questões ecológicas (...); 6. A política econômica deve manter um ambiente de estabilidade e segurança (...). (NETTO 2005, p. 69,70).

⁶ Índice de Desenvolvimento Humano – Índice baseado na renda per capita no conceito de poder de paridade de compra, grau de instrução e expectativa de vida ao nascer.

No modelo, a “sociedade” utilizará o fluxo de bens e serviços produzidos para que o processo de acumulação de capital tenha continuidade de quatro maneiras:

1. Exportação, cujo principal objetivo é gerar receita cambial para pagar as importações; 2. Consumo das famílias que retorna como energia a força de trabalho; 3. Pagamentos de tributos ao Governo (...); 4 investimento do setor privado que, através da incorporação do desenvolvimento tecnológico, melhora a qualidade do novo capital (que substitui o que foi consumido no processo produtivo), e eleva a produtividade geral do sistema econômico, a relação produto/capital. (NETTO 2005, p. 73)

Antes de introduzir a economia brasileira no modelo de Delfin Netto, para estudarmos a relação entre exportação, desenvolvimento e consumo, mais algumas considerações sobre o seu modelo são necessárias, como o efeito da carga tributária para o investimento:

Quanto maior a carga tributária apropriada pelo Governo como proporção do PIB menor será a parcela do PIB destinada a outros destinos. Dependendo dos preços relativos o resultado pode ser uma exportação menor que pode afetar o equilíbrio das contas externas, um investimento menor comprometendo a ampliação no estoque de capital e reduzindo o crescimento da economia, ou ainda um consumo menor provocando uma pressão distributiva. (NETTO 2005, p. 74)

E a função do Estado, que é a de promover “a estabilidade macroeconomia, a eficiência microeconômica e o equilíbrio externo” Netto (2005 p. 75).

A exposição deste modelo de desenvolvimento se faz necessária para, a partir de uma análise comparativa, observar se as exportações têm função de promover o desenvolvimento capaz de levar a economia brasileira a obter padrão de consumo comparável as economias desenvolvidas, como sugere Delfin Netto, ou se elas são condição necessária ao “Desarrollo del Subdesarrollo” de Marini, e que assim sendo, nunca elevarão o padrão de consumo brasileiro aos níveis desejados, mais ampliarão as condições econômicas de dependência.

Com efeito, para o primeiro:

Os países que apresentaram taxas elevadas de crescimento do PIB por períodos longos somente tiveram sucesso porque conseguiram manter um saldo sustentável em conta corrente do balanço de pagamentos. Não enfrentaram maiores óbices as importações e conseguiram financiar a sua dívida externa. No processo de desenvolvimento o país necessita de importações crescentes de bens de capital, de tecnologias, de matérias-primas, combustíveis e de produtos intermediários, que permitam a expansão da produção e aumentem a produtividade do sistema econômico. Necessita ainda de importações de bens de consumo que complementem

a produção doméstica e melhorem o atendimento das preferências dos consumidores e, assim, abram caminho para a produção interna. A questão que sempre se coloca é como pagar as importações, mantendo o saldo em conta corrente em níveis razoáveis. Um pouco de reflexão esclarece que a exportação é fato essencial nessa dinâmica. (Netto 2005, pág 76)

De acordo com o modelo de acumulação de capital na economia dependente, analisemos as limitações do modelo de desenvolvimento de Delfin Netto (2005) para a economia brasileira atual.

A primeira questão é como manter um desenvolvimento longo e estável quando o principal fator envolvido para que o processo de acumulação se realize é externo, ou seja, a demanda mundial por bens e serviços nacionais? As repostas mais freqüentes são: primeiro, através da especialização da produção, de acordo com as vantagens comparativas de cada região apoiado em um processo de abertura econômica; e segundo, através de uma política cambial favorável as exportações.

Taxa de câmbio real que assegure um balanço em contas correntes sustentável no longo prazo, com ampla abertura comercial e taxas de crescimento do PIB próximas ao pleno emprego. (NETTO 2005, p. 71)

Historicamente, a especialização produtiva e a manutenção da taxa de câmbio não podem assegurar níveis altos de exportações no longo prazo. O que está em jogo, é um fator externo. Assim como a economia cafeeira desabou frente à crise de demanda internacional provocada principalmente em 1929, baixas taxas de câmbio estão levando o Brasil a recordes superavitários devido em grande parte a elevação dos preços das commodities. Pode-se afirmar com segurança que a especialização da produção, como política de aumentar as exportações não tem efeitos de longo prazo. A especialização agrava a situação de dependência e torna a produção nacional vulnerável a variações de preços internacionais, o que provoca fortes deteriorações nos termos de troca, onde o capital nacional acaba sendo levado para o exterior por meio do sistema de preços, e, conseqüentemente o que ocorre é um aumento na dependência da economia brasileira frente ao mercado externo. Uma breve observação na atuação das nações desenvolvidas, que objetivando diminuir a dependência nacional das variações dos preços e da demanda internacional impondo subsídios aos ramos mais frágeis de suas economias, mostra que a especialização não é o caminho para diminuir a vulnerabilidade externa de uma economia nacional. A preocupação com a especialização

sempre esteve em pauta nas nações de centro, não obstante na periferia foi induzida a ampliação com ares de único caminho para o desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento baseado na atração de investimentos externos, e, por conseguinte no aumento das exportações, para que não ocorra através do endividamento externo é encarado como única forma de desenvolvimento da economia brasileira desde 1965. Sem embargo, somente na virada do século XXI é que este modelo está sendo experimentado em um quadro de aumento expressivo das exportações. O fato de não passar pelo endividamento externo não significa que houve alguma mudança estrutural no sentido de tirar da economia exportadora o peso quase que exclusivo da geração de crédito e investimento. Ao mesmo tempo em que se amplia a produção voltada para o exterior e aumentam as condições de desigualdade no consumo da população brasileira, a formação de um mercado interno com dinâmica própria de acumulação de capital se torna ainda mais impraticável.

É certo que nenhuma nação do mundo é blindada a crises internacionais, porém, a especialização não é fator que diminuirá a vulnerabilidade econômica por aumentar os níveis de exportação, mais pelo contrário, aumenta a dependência da realização das exportações para o financiamento do desenvolvimento nacional o que submete o desempenho da economia a um fator externo e transforma as regiões periféricas as principais pagadoras do ônus das crises mundiais.

Os agregados macroeconômicos atendem a adaptação da economia brasileira frente ao mercado externo, e não coloca o mercado externo pronto para realizar as metas exportadoras da economia nacional. É aí que se encontra a verdadeira importância da política econômica. Como observa o IEDI (2005, p. 6), recentemente:

Em paralelo ao processo de abertura, foram adotadas medidas, cujo objetivo em última instância era criar um ambiente econômico mais estável. A expectativa era que a estabilidade macroeconômica e a maior concorrência criariam um círculo virtuoso de crescimento. Como resultado, esperava-se um aumento na entrada de capital externo e de investimento direto, o que ampliaria a competição nos mercados domésticos e traria equipamentos e insumos mais modernos, promovendo a produtividade da economia. Como posteriormente seria constatado, parte considerável da entrada de investimento externo na década de 1990 dirigiu-se à compra de firmas locais (privadas e estatais privatizadas) e a taxa de investimento da economia manteve-se em patamar baixo. A estabilização de preços foi acompanhada de desequilíbrio nas contas externas. Crises externas se sucederam (1995, 1997, 1998), expondo a dependência do país aos capitais de curto prazo. O mecanismo de âncora cambial para manter os preços domésticos sob controle na primeira fase do plano de estabilização (1994/1998), na medida em que induziu uma forte valorização do câmbio, fez com que se elevasse o déficit em transações correntes, gerando expectativas pessimistas quanto à possibilidade de seu financiamento via das entradas líquidas de capitais. No período, os ataques especulativos foram

combatidos com a venda de moeda estrangeira das reservas internacionais do país e elevação da taxa de juros. Assim, os elevados déficits externos, provocados tanto pelos saldos negativos na balança comercial como pelos montantes muito mais expressivos de pagamentos de juros e remessas de lucros ao exterior, tornavam crescentes as necessidades de capital externo, impedindo as taxas de juros de caírem, este um fator destacado para explicar o baixo ritmo de evolução da economia em todo o período (2,2% ao ano na média para o período 1995/99). Assim, ao invés do esperado círculo virtuoso de crescimento que resultaria das aberturas comercial e financeira e da estabilidade de preços, a economia se viu em uma armadilha: seu crescimento era limitado para não debilitar ainda mais as contas externas. Note-se que mesmo após a mudança do regime cambial no início de 1999, a estabilidade cambial não foi assegurada devido aos efeitos negativos acumulados da deterioração nas contas externas e da liberalização financeira. O setor externo brasileiro passou de um déficit de 2,8% do PIB em 1995 para uma média acima de 4% do PIB de 1997 a 2001 e somente a partir de 2003 passaria a registrar saldos positivos, beneficiando-se de inusitada evolução do comércio internacional.

Na periferia do sistema capitalista, principalmente após a queda do padrão ouro em 1971, a política econômica perdeu autonomia, o que aumentou o já improvável efeito de manter elevados índices de investimentos de maneira sustentada através de sua manipulação. O livre fluxo de capitais – opção brasileira para aumentar o nível de ingresso dos mesmos – têm profundas conseqüências para uma economia dependente. A taxa de juros, importante condicionante do nível de investimentos na economia, fica limitada a função de evitar a fuga de capitais. Segundo Prates e Cintra (2007, p. 15):

Dado o ambiente de livre mobilidade de capitais, se os países emergentes fixam taxas de juros internas abaixo da taxa estabelecida pelo mercado, não somente deixam de atrair capitais, como podem ficar sujeitos a movimentos de fuga dos capitais domésticos.

A taxa de câmbio, para evitar ataques especulativos se torna flutuante, limitando o ajuste de competitividade da economia nacional através desta ferramenta.

As intervenções constantes e, em alguns casos, expressivas, das autoridades monetárias nos mercados de câmbio mediante a compra de divisas parecem responder, primordialmente, a dois objetivos. Em primeiro lugar, a redução da vulnerabilidade externa, mediante a ampliação da capacidade potencial de sustentação da liquidez externa por meio do acúmulo de ativos em moeda estrangeira por parte das autoridades monetárias – com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade à reversão súbita dos fluxos de capitais e às crises financeiras –, (...) Em segundo lugar, a sustentação da taxa de câmbio em níveis competitivos de forma a garantir a geração de superávits comerciais e em conta corrente (...). (PRATES e CINTRA 2007, p. 18)

Encarada como única maneira de intervir nas taxas de câmbio⁷, o Brasil passa a acumular reservas internacionais através da realização de superávits cada vez mais expressivos, o que comprova que o objetivo central de sua política econômica está na manutenção da entrada de investimentos externos para promover o desenvolvimento nacional, independente dos custos desta operação.

A manutenção da competitividade do capital nacional, que poderia elevar as exportações brasileiras de maneira sustentada está sujeita a limitação do governo em suas políticas de juros e cambiais.

Daí uma outra conclusão de suma relevância: embora, sem dúvida, o setor (industrial) deva manter um padrão crescente de produtividade, cabe ao setor público a responsabilidade por promover a produtividade sistêmica e a competitividade global da economia, pois estas, ao contrário da produtividade industrial microeconômica, é que estão defasadas e, por isso, subtraem competitividade ao produto nacional. Isso implica em ações públicas em várias áreas, como infra-estrutura, reforma tributária, câmbio e juros. (IEDI 2007)

Conclui-se que o papel da política econômica de elevar as exportações é dependente deste aumento para geração de sua própria autonomia, e que sendo assim, não pode atender as necessidades da produção nacional na formação de um mercado interno de caráter orgânico, o que impossibilita o governo de arcar com sua “responsabilidade” como cobra o IEDI (2007).

⁷ A manutenção das taxas de câmbios para elevar a competitividade do capital nacional pode ser realizada de maneira mais eficiente através do controle de fluxos de capitais. Segundo Prates e Cintra (2007, p. 19-20) vulnerabilidade. “O mesmo objetivo poderia ser atingido mediante a adoção de controles sobre os fluxos de capitais, que reduzissem o endividamento de curto prazo em moeda estrangeira. Para Rodrik (2006, p. 12), os países em desenvolvimento responderam à globalização financeira de uma forma altamente desequilibrada e distanciada do ótimo. Eles sobreinvestiram numa custosa estratégia de acumulação de reservas e subinvestiram em políticas de gestão da conta de capitais para reduzir passivos externos de curto prazo. A manutenção de reservas elevadas seria o preço a ser pago pelos governos que não desejam ou são incapazes de regular os fluxos de capitais, devido, entre outras razões, aos interesses financeiros contrários a essa segunda alternativa. É importante destacar que os países emergentes diferenciaram-se em relação ao uso de controles de capitais. Os países que optaram por uma maior cautela nos seus processos de abertura financeira (como China, Taiwan e Índia) foram exatamente aqueles que permaneceram imunes às crises da segunda metade da década de 1990. Estudos comparativos sobre as experiências de controles de capitais nos países periféricos também revelam a sua eficácia tanto no sentido de ampliar o grau de autonomia da política econômica, como de reduzir a vulnerabilidade a essas crises.”

Ademais, o elevado grau de abertura financeira da economia brasileira, que permite o acesso dos investidores estrangeiros ao mercado organizado de derivativos financeiros doméstico (a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F) diminui ainda mais a capacidade de a autoridade monetária influenciar a determinação da taxa de câmbio, bem como a formação da curva de juros. (PRATES e CINTRA 2007, p. 22)

Mesmo observando que altos níveis de exportação dependem mais da situação econômica mundial (divisão internacional do trabalho) do que da política econômica nacional, ainda não está invalidado o modelo de desenvolvimento de Delfin Netto (2005), afinal, após período de grandes superávits, a produção deveria se “internalizar” e a acumulação de capital ocorrer a partir de uma dinâmica interna, alterando a estrutura dependente da economia brasileira. Através do aumento da produtividade do trabalho gerado pela dinâmica interna de acumulação de capital, a maior oferta de bens e serviços demandaria o aumento do consumo interno e a acumulação de capital se seria deslocada para o eixo interno (desenvolvimento orgânico do capital), pois o trabalhador exerceria sua função de consumidor. A realização da produção não dependeria exclusivamente da demanda internacional e da mais-valia não acumulada. A questão aqui colocada é então: por que o ciclo de acumulação de capital não se internaliza?

O modelo de desenvolvimento baseado na economia exportadora não é capaz de criar uma dinâmica de acumulação interna de capital. É na avaliação da capacidade das exportações de criar esta dinâmica que se encontra a resposta da manutenção da dependência da economia brasileira.

É o caso da tendência a crescente concentração geográfica da renda, em benefício dos países que constituem o Centro do sistema, ou seja, o grupo de economias que tendo avançado precocemente na acumulação de capital controlam a criatividade técnica e definem o estilo de desenvolvimento. (FURTADO 1976, p. 114)

Historicamente a produção brasileira destinada à exportação está sujeita a uma forte deterioração dos termos de troca por não ser competitiva na economia internacional. Com a atuação do capital estrangeiro e a abertura econômica o aumento da competitividade das exportações nacionais foi notável, porém, outros métodos de manutenção da dependência entraram em cena. O capital estrangeiro abre as portas para outro sistema de escoamento de mais-valia, não baseado exclusivamente na deterioração dos termos de troca. O capital acumulado em território nacional não servirá ao seu desenvolvimento, pois atende a outro objetivo, a sua ampliação de acordo com os interesses do centro do sistema capitalista,

embora em conseqüência, aumente a produtividade do capital internamente. Além do direito a exportação de capital gerado internamente, o capital estrangeiro por ser mais competitivo do que o nacional, impede a formação de uma dinâmica de desenvolvimento interna de duas maneiras: primeiro por realizar o aumento da produtividade do capital fora do Brasil, que se transforma em importador de capitais que no centro já se tornaram obsoletos, e segundo por possuir vantagens competitivas frente ao capital nacional, tornando irrelevantes os esforços de geração de novas tecnologias internamente.

Em razão das assimetrias que caracterizam as relações Centro-Periféria – umas economias controlam a tecnologia de vanguarda e tem a iniciativa da introdução de novos produtos, enquanto as outras se limitam a imitar as *correntes de progresso* – as formas de viver e os valores que prevalecem nos países periféricos estão mais e mais sob o controle de empresas do Centro. (FURTADO 1976, p. 114)

Em suma, a atuação do capital estrangeiro transforma o Brasil em produtor de tecnologias obsoletas que servirão a demandas já existentes, enquanto no centro do sistema é que são produzidas novas tecnologias e garantidos os benefícios do monopólio tecnológico. O aumento da produtividade gerado com a atuação do capital estrangeiro não provoca mudanças estruturais na economia dependente.

Com a observação de que a dependência não é superada pelo aumento da produtividade gerada pelo ingresso do capital estrangeiro, vejamos como o “desenvolvimento” se prolonga com o aumento das exportações.

Seguindo o modelo de desenvolvimento de Delfin Netto (2005) o investimento necessário ao aumento da capacidade produtiva no longo prazo é vinculado ao “espírito animal” dos empresários, ou seja, a taxas de lucros crescentes, e o investimento no Brasil para o desenvolvimento “sustentado” é de origem externa. Para o investimento externo vislumbrar perspectivas de lucro, é necessário aumentar as exportações nacionais, pois o capital investido internamente só poderá realizar seus lucros em moeda estrangeira aproveitando-se do saldo das exportações. A retração das importações não é desejada, pois impede a entrada de capital produtivo na economia e com isso a geração de um ciclo virtuoso na acumulação de capital.

(...) não existe outro caminho para os países emergentes assegurarem um crescimento sustentável senão o de aumentar a entrada de recursos externos através de mais exportações. (NETTO 2005, p. 78)

O modelo de desenvolvimento de Delfin Netto (2005) passa desenvolver o sistema de acumulação de capital dependente. A elevação da brecha tecnológica, e o baixo consumo da população brasileira são os principais efeitos deste modelo.

A produção voltada para a exportação, seguindo o conceito de economia exportadora, utiliza a mão-de-obra nacional em sua função de produtora muito acima de sua função de consumidora, logo a manutenção de baixos salários é inevitável para a atração de investimentos externos.

O mercado no qual esta produção periférica é realizada volta a ser novamente o da metrópole, e os salários periféricos, agora para a produção industrial assim como a de matérias-primas, tornam-se novamente não uma fonte de poder aquisitivo que deve ser aumentado, mas um fator de custo que precisa ser reduzido (FRANK 1980, pág. 172)

Os baixos níveis de consumo da população brasileira reafirmam o caráter exportador de sua produção, formando um ciclo virtuoso do (sub)desenvolvimento. Segundo estudo divulgado pela FGV⁸ a renda per-capta do brasileiro aumentou de R\$ 514,85 para R\$ 605,42 de abril de 2002 para abril de 2008. O mesmo estudo salienta que a renda domiciliar, onde são contabilizadas todas as pessoas que residem no mesmo domicílio entre 15 e 60 anos, aumentou de R\$ 1784,08, para R\$ 1956,90 no mesmo período, e que 15,52% da população brasileira possuem renda familiar acima de R\$ 4.591,00. A classe média brasileira, que contabiliza 51,89% da população e possuem renda domiciliar a partir de R\$ 1064,00. O baixo poder de consumo da população brasileira se torna evidente quando observamos a evolução do salário mínimo necessário, em comparação com os dados de renda domiciliar do brasileiro, e a diferença entre o salário mínimo nominal e necessário.

Quadro II - Salário Mínimo Nominal e Necessário

Período	Salário Mínimo Nominal	Salário Mínimo Necessário
Dezembro/06	R\$ 350,00	R\$ 1.564,52
Dezembro/07	R\$ 380,00	R\$ 1.803,11
Setembro /08	R\$ 415,00	R\$ 1.971,55

Fonte: Dieese

A concentração de renda é explicitada através do gráfico III, onde se estima que quase 70% dos trabalhadores empregados no Brasil ganham até dois salários mínimos.

⁸Fonte: A Nova Classe Média.

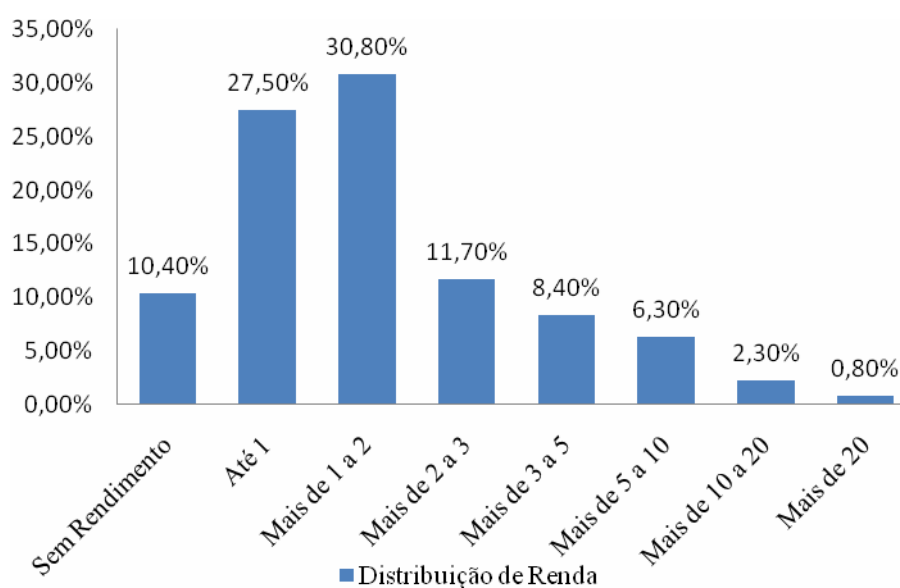


Figura IV: Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, segundo as classes de rendimento de todos os trabalhos, em salários mínimos – Brasil – 2007

Fonte: PNAD 2007

Embora o desenvolvimento do subdesenvolvimento esteja atravessando por tempos gloriosos, devido ao boom exportador, este sistema é muito frágil, por não garantir a reprodução do capital em tempos de crise mundial. Os primeiros efeitos a serem sentidos são a retração do crédito pela queda da liquidez internacional e a queda nos índices de exportação pelo desaquecimento da demanda por produtos nacionais. Sem crédito para a economia interna, e sem a realização do grosso da produção nacional a depressão em economias dependentes se dá de maneira muito mais acentuada.

Uma proposta que seria cabível para amenizar os efeitos de concentração de renda e baixo consumo da economia brasileira, e está sendo amplamente utilizada pelo atual governo, é o de aumentar seus gastos, onerando as atividades rentáveis e promovendo a distribuição de renda. Na economia dependente o aumento da tributação não é bem visto, por ter efeitos negativos nas taxas de lucros do capital estrangeiro e, por conseguinte diminuir a oferta de crédito na economia.

Outra peculiaridade da economia subdesenvolvida que merece observação é o fluxo de bens e serviços gerados para exportação, que não servem exclusivamente para elevar a capacidade de importação, mais pelo contrário, são fonte de crédito da qual depende a economia, e serve em grande escala para remunerar o financiamento externo, transformando a economia exportadora em fonte de ampliação do capital estrangeiro.

Em resumo as exportações não são capazes por si só de modificar a estrutura dependente da economia Brasileira, embora exerçam a função central no desenvolvimento do subdesenvolvimento.

4.3 O Mercado Interno

Mesmo que o desenvolvimento do mercado interno devido à dependência seja limitado não é possível desprezar a sua importância na formação econômica brasileira. Suas características reafirmam o subdesenvolvimento e devem ser observadas com mais cuidado.

A estimativa do IBGE para a população brasileira em 2008 é de 189,6 milhões de habitantes. Se considerarmos que 15,52% destas pessoas possuem renda familiar acima de R\$ 4.591,00, ou seja, 28,44 milhões de pessoas com condições de consumo que incluem alguns bens de luxo, e aproximadamente 98,38 milhões de pessoas com condições razoáveis de consumo, conclui-se que o mercado interno brasileiro tem grande potencial para realização da produção de bens e serviços. Desta maneira, faz-se necessário observar porque a continuidade da realização externa da produção nacional – no conceito de economia exportadora – e quais fatores impedem a diversificação econômica de acordo com a demanda nacional e a criação de tecnologia interna, que aumentaria a produtividade do capital e a competitividade frente à produção internacional.

Como um verdadeiro “atalho” para aumentar a produtividade do capital nacional, o modelo de desenvolvimento baseado na promoção da entrada de investimentos externos é o principal fator que impede que exista uma dinâmica na produção nacional. A razão pela qual o desenvolvimento sempre encontra no investimento estrangeiro a solução para o aumento da produtividade é a dependência tecnológica, que torna a demanda por tecnologia externa fator essencial para manutenção da competitividade da produção nacional frente ao desenvolvimento de tecnologias internas.

O problema do desenvolvimento do mercado interno e da substituição de importações nos países subdesenvolvidos é complicado ainda mais, e tornado insolúvel dentro dos limites do capitalismo mundial, pelo desenvolvimento da tecnologia e o crescente custo de investimentos, que são conhecidos como “hiato tecnológico” (FRANK 1980, pág. 163)

Tomando a impossibilidade interna de gerar desenvolvimento tecnológico que se traduz em maior produtividade de capital, o capital estrangeiro se torna indispensável ao desenvolvimento da produção interna, remetendo a economia exportadora, que tem a função de atrair tais investimentos, como única saída à expansão econômica. Este sistema de divisão internacional do trabalho implica na manutenção da dependência e dá características peculiares ao mercado interno como:

A restrição manufatureira local para o mercado interno, cujo tamanho não o justifica em razão da distribuição desigual de renda; a dedicação de todos os recursos naturais e humanos adequados para a produção de bens de exportação, até mesmo ao custo de restringir a diversificação da produção agrícola; a importação de bens manufaturados e até mesmo alimentos básicos do exterior para manter a população trabalhadora; a importação de bens de consumo de luxo para o próprio consumo elitista; (...) a destinação do máximo excedente ou capital investível – além do que é remetido para fora – a expansão do aparato produtivo de bens de exportação que gera este excedente, especialmente em épocas de boom, a importação de uma parcela substancial do equipamento produtivo necessário para a indústria de exportação. (FRANK 1980, pág. 155)

A atuação do capital estrangeiro na produção para a demanda interna de bens de consumo, com forte poder de monopólio perante o capital nacional transforma o mercado interno em demanda para a produção externa e/ou para o capital estrangeiro internalizado e fornecedor de bens para demanda externa já existente.

Do argumento de Frank (1980) verifica-se a maneira como a divisão internacional do trabalho atribui funções a produção da economia dependente que a impede de obter um dinamismo próprio, ou seja, elos da cadeia produtiva necessariamente são buscados no exterior por efeito do “hiato tecnológico”. Ao mesmo tempo, o mercado interno passa a ser importante consumidor de produtos importados, e principalmente, da produção do capital estrangeiro internalizado a economia dependente (em grande parte empresas transnacionais).

A realização doméstica no “mercado interno” ainda é através da demanda de consumo final das classes alta e média-alta e através do consumo produtivo. Contudo, ambas as classes, por sua vez, são dependentes das rendas do setor externo e, cada vez mais, da sua distribuição através da mediação do Estado. (FRANK 1980, pág. 172)

A incapacidade das exportações em promover desenvolvimento sustentado encontra-se justamente na sua adequação à ampliação da situação de dependência que promove a

concentração de renda nas atividades exportadoras e deferi ao capital estrangeiro a função de aumentar a produtividade do capital.

O “equilíbrio” de forças entre a dependência do capital externo e a criação de uma dinâmica de desenvolvimento interno está na capacidade do Estado em controlar os interesses do primeiro, em relação à promoção do segundo.

CAPÍTULO V – EXPORTAÇÃO E O PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO

Neste capítulo pretende-se demonstrar como as transformações do parque industrial nacional estão se realizando frente nova divisão internacional do trabalho. Os principais pontos que serão levados em consideração são o ganho de peso do leste asiático no consumo da produção mundial e seu expressivo aumento de competitividade em diversos setores industriais. Outro ponto de análise será a abertura econômica de 1990, juntamente com a estabilização de preços, alinhando o Brasil a integração econômica com o resto do mundo.

Em um contexto de dependência, onde o mercado interno é insuficiente para realização da produção nacional por diversos motivos, veremos como a indústria nacional está se posicionando frente à nova divisão internacional do trabalho. Vale lembrar que a política econômica de promoção das exportações para geração de crédito adotada pelo Brasil tende a ampliar o modelo de desenvolvimento dependente, e assim, se as taxas de juros básicos da economia e a taxa de câmbio, estão contribuindo para a “desindustrialização”⁹ é porque assim está estruturada a política econômica. Logo, se está ocorrendo uma “desindustrialização” esta não se dá apenas pelas altas taxas de juros ou pela sobrevalorização cambial, mais pelo modelo de inserção da economia brasileira frente à mundial, como fornecedor de alimentos, matérias-primas, produtos semi-acabados e produtos de alta intensidade tecnológica desenvolvidos externamente, e consumidor de novas tecnologias. No Brasil atualmente não existem condições para aumentar a competitividade de seu capital frente a produção mundial, no sentido de superar a dependência. Exceto por raros casos como a Embraer e a Petrobrás que competem no “front” das inovações tecnológicas, a produção nacional não se orienta para formar um sistema econômico com características de desenvolvimento “orgânico”, mais para abastecer uma demanda externa já existente. Por outro lado, a economia se integra a atividades importadoras, tanto para suprir o consumo nacional, pela falta de compatibilidade

⁹ Termo utilizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial para explicar a queda no valor de transformação industrial em relação ao valor bruto da produção industrial.

deste com sua produção, como para elevar a produtividade do trabalho através incorporação de tecnologia desenvolvida no exterior. Neste sentido a economia exportadora não abre espaço para a superação do problema da dependência tecnológica entre o Brasil e o centro dinâmico do capitalismo mundial, ou de tornar a produção brasileira menos vulnerável ao movimento mundial de preços (demanda por exportações nacionais) com o desenvolvimento do mercado interno.

O mercado interno nacional se desenvolve integrado a atividades relacionadas ao sistema de acumulação de capital de uma economia dependente, auxiliando a acumulação no centro dinâmico do capitalismo mundial. É neste sentido que deve se observar a adaptação da indústria nacional frente nova conjuntura econômica internacional.

O crescimento industrial do Brasil se dá muito aquém do crescimento do leste asiático. Enquanto a média anual de crescimento do produto da indústria de transformação no Brasil era de 1,6% (tal média sobe para 2%, levando em conta a estimativa preliminar de crescimento da indústria de transformação – 7,7% - para o ano de 2004), na China alcançava 11,7%, na Coreia 7,4% e na Índia 6,5%. Deve-se desde já considerar os efeitos desta “reformatação” da produção industrial mundial dentro da indústria brasileira. O que se tem de imediato é o aumento da competição internacional no desenvolvimento de produtos finais de alta intensidade tecnológica, e não menos importante, um aumento da competição por níveis de produção de escala (produtos finais de baixo custo) e concomitantemente, a elevação na demanda mundial por matérias-primas e alimentos.

Desta maneira o forte crescimento da indústria de transformação de um país como a China, que possui praticamente um quinto da população mundial, eleva o nível da demanda internacional também por alimentos. Não é surpresa que no Brasil, de acordo com o IEDI (2007 pág. 5) esteja ocorrendo “a valorização da moeda nacional por conta dos expressivos superávits comerciais, resultante da valorização dos preços das commodities exportadas pelo país” e isso tem auxiliado fortemente o processo de “desindustrialização”. Embora o estudo tenha atribuído à valorização cambial o fato de haver um abrandamento no nível das exportações dos produtos industriais, vale ressaltar que, de acordo com o padrão de desenvolvimento nacional, onde superávits comerciais são essenciais para “atrair” investimentos externos, o aumento no preço de um grupo de produtos, independentemente de sua origem em termos de valor de transformação industrial será explorado para acelerar o processo de desenvolvimento. De acordo com a nova divisão internacional do trabalho, o

crescimento do leste asiático está provocando um aumento na competitividade de produtos finais, pela sua produção em larga escala e o Brasil está perdendo competitividade em tais produtos, todavia está se beneficiando do aumento da demanda internacional não só por alimentos e matérias-primas como também por produtos manufaturados os quais ainda é competitivo. Os dados consolidados da balança comercial apresentados pelo MDIC/SECEX¹⁰ no período de janeiro a dezembro de 2007 mostram que a Ásia já é o terceiro maior consumidor das exportações nacionais, absorvendo 20,5% da produção nacional. A China sozinha já é o terceiro maior país comprador do Brasil, atrás apenas de Estados Unidos e Argentina.

A valorização cambial passa a ser a consequência da alocação dos recursos nacionais frente à divisão internacional do trabalho, e seu resultado de desestimular o crescimento da indústria de transformação é então menos significativo perante o objetivo maior do desenvolvimento, baseado no conceito de economia exportadora. O fato de a indústria de transformação ser uma das mais importantes fontes de renda para uma economia e seus efeitos em termos de economias externas serem mais expressivos do que o crescimento da produção de serviços ou da agricultura não é relevante para o desenvolvimento de uma economia dependente. A mesma coisa acontece com as altas taxas de juros praticadas na economia brasileira, embora também desestime os investimentos produtivos, seu papel de manter a credibilidade internacional no país, conter a inflação e remunerar os investimentos externos é fundamental para o sucesso do padrão de desenvolvimento brasileiro.

Superávits expressivos aumentam o índice de reservas em moeda estrangeira, atraem investimentos externos e contribuem para um aumento dos gastos do governo que por sua vez se torna mais apto no desenvolvimento de políticas sociais.

¹⁰ Fonte: Balança Comercial Brasileira: Dados Consolidados Jan-Dez de 2007.

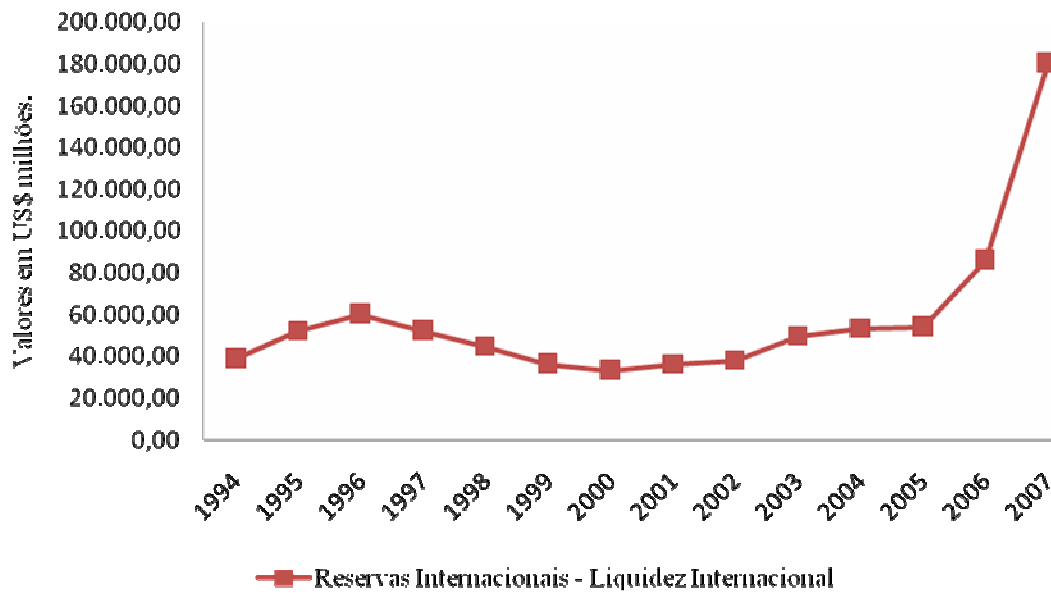


Figura V: Reservas Internacionais/Liquidez Internacional. 1994-2007.

Fonte: IPEADATA, Elaboração própria.

Embora o IEDI (2007 p. 7) acuse a abertura comercial de:

(...) concentração maior da produção em setores com vantagens competitivas na exploração de recursos naturais em detrimento de setores mais tradicionais e mais empregadores de mão-de-obra e de setores de alta tecnologia.

Tais efeitos não entram em choque com o modelo de desenvolvimento nacional. Não podemos desconsiderar a função da economia dependente frente à dinâmica de acumulação de capital mundial, e nem os seus efeitos de gerar um desenvolvimento marginal dentro da economia dependente, mesmo que agravando as características da dependência. Para observar o sucesso do modelo brasileiro de desenvolvimento, como vimos nas palavras de Netto (2005) basta analisar o crescimento do PIB nacional.

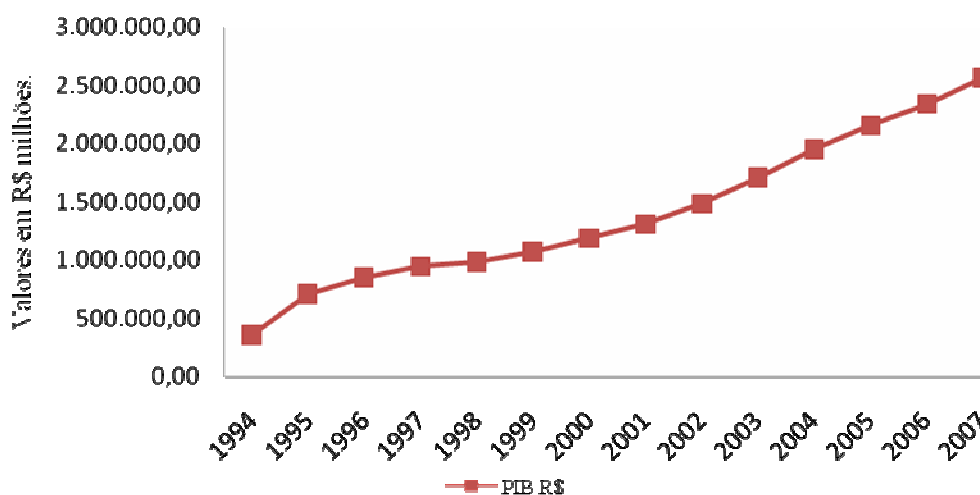


Figura VI: Produto Interno Bruto (PIB), 1994-2007.

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual)

As variações nos preços dos juros e do câmbio não se realizam para promover a industrialização nacional, pois estão condicionados a ampliação do desenvolvimento pelo qual está estruturada a economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Como vimos, o fato de a indústria ser importante fonte de renda nacional, e essencial para a diminuição da dependência tecnológica, o que poderia levar a economia brasileira a criar uma dinâmica interna de desenvolvimento, estes efeitos não são relevantes frente ao modelo de desenvolvimento implantado, pois não há a necessidade de consumo interno para a realização da produção nacional, e como o Brasil é importador de tecnologia, não há interesse de despontar na competição mundial por seu incremento. Assim, não obstante o clamor do IEDI (2005 p. 4):

Note-se que alterações na estrutura industrial seriam inevitáveis em função da abertura e demais políticas dos anos 1990. Mas, no caso do Brasil, seus efeitos teriam sido menores e a desindustrialização poderia ter ocorrido em menor escala se políticas de ajuste e modernização industrial acompanhassem a abertura de importações, como ocorreu em muitos outros países que promoveram processos de abertura.

Observa-se que para o desenvolvimento brasileiro, nos moldes de uma economia dependente, tais políticas de modernização industrial não são “prioridades” e sendo assim os agregados macroeconômicos também não podem se solidarizar com os objetivos da burguesia nacional.

Partindo das observações do IEDI (2007 p. 9) em que “há indícios de estar havendo uma substituição de produção doméstica por produtos importados (...) é no setor de bens de consumo onde o efeito de substituição de produção é mais evidente”, é importante observar que o grau de industrialização da economia brasileira não tem influência na sua estrutura, e que este é resultado da evolução da divisão internacional do trabalho. Assim como obtivemos uma rápida industrialização com a expansão do capitalismo mundial a partir dos anos 50, devido principalmente a necessidade dos Estados Unidos de diversificar seus investimentos, por volta de 2003 (a elevação nos preços das commodities) começa um intenso período de “especialização” na produção de produtos com menor VTI de acordo com a demanda mundial pelas exportações nacionais. De um jeito ou de outro, estão mantidas as raízes da economia dependente.

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia fez-se um esforço para demonstrar como as exportações afetam a economia brasileira e porque o desenvolvimento sempre encontra solução na sua ampliação.

A relação direta entre exportação e desenvolvimento estabelecida de maneira “consensual” na sociedade brasileira, mesmo que não representando todas as classes sociais nela presente, desde meados da década de 1960 ocorre com o objetivo de “transformar o Brasil em país de primeiro mundo”. A realidade, porém é outra. Após atravessar um período intenso de industrialização no final da década de 1960 e nos anos 1970 o Brasil não foi capaz de superar problemas sociais representados em sua grande maioria pela concentração de renda, não reproduziu a infra-estrutura e o estilo de vida de países desenvolvidos e também não foi capaz de criar um mercado interno dinâmico, capaz de realizar o ciclo de acumulação de capital de maneira orgânica, que incluísse cada vez mais bens e serviços na esfera de consumo da força de trabalho. No século XXI mesmo com o boom das exportações, a estrutura econômica e social brasileira foi mantida.

Foi a falta de capacidade do aumento das exportações de gerar o desenvolvimento proposto que deu origem a necessidade de explicar onde se encontram as debilidades deste sistema.

Sob a luz do conceito de economia dependente foi possível verificar o interesse mútuo no aumento das exportações da grande burguesia nacional, do setor agroexportador e do capital estrangeiro. Altos índices de exportação são capazes de financiar o desenvolvimento industrial nacional, fazer a manutenção dos lucros dos agroexportadores frente à deterioração dos termos de troca e realizar os lucros do capital estrangeiro investido no Brasil. Por outro lado, a pequena burguesia, que geralmente é voltada para a demanda do mercado interno, sofre o processo de racionalização de produção pela atuação do capital estrangeiro internalizado a economia dependente pelo fato deste último possuir maior produtividade do capital, caracterizando o processo de monopolização precoce. Os trabalhadores vêm seu poder de consumo reduzido ao extremo, sob o efeito da superexploração do trabalho, fator de ajuste da economia dependente frente à deterioração dos termos de troca e a atuação do capital

estrangeiro. Trabalhadores qualificados e de ramos não produtivos da economia também sofrem pressões de baixas salariais pelo efeito dos salários médios.

É a partir do interesse de classes que é mantida a relação entre exportação e desenvolvimento no Brasil, de maneira a dar continuidade a reprodução do ciclo de acumulação de capital da economia dependente.

O desenvolvimento gerado a partir deste ciclo, nunca poderá colocar o Brasil em condições similares as encontradas em países desenvolvidos como inferem muitos modelos de desenvolvimento baseados em vantagens comparativas. A estrutura da economia dependente só gera desenvolvimento a partir do agravamento dos problemas sociais que lhes são inerentes, portanto desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A teoria econômica tem o papel de “guia” para o desenvolvimento nacional, neste sentido é importante entender como no Brasil, modelos econômicos tais o de Delfin Netto (2005) atua na formação de políticas e acordos econômicos que promovem a desigualdade social não obstante o discurso de desenvolvimento. A todo o momento a conexão entre o conceito de economia dependente e a realidade sócio-econômica do Brasil é explicitada, seja nas favelas, na forma de concentração de renda; na presença das empresas transnacionais fornecedores de grande parte dos bens e serviços da baixa esfera de consumo, sob forma de monopolização precoce; na falta de infra-estrutura; na dependência tecnológica, entre outros.

O longo período de expansão do capitalismo mundial, desde meados dos anos 50, parece ter desviado a atenção de muitos economistas da importância da teoria econômica para buscar o desenvolvimento brasileiro. O consenso de que a elevação dos níveis de exportação é uma fonte segura para o desenvolvimento nacional – como não poderia deixar de ser – foi criado em um período de expansão do capitalismo mundial. Apesar de crises como a do petróleo dos anos 70 e da dívida dos anos 80, o contexto geral da evolução do capitalismo se deu com a sua expansão produtiva, de 1950 a meados dos anos 70, e o aumento da liquidez internacional por meio da “financeirização” da economia, que elevou o nível de crédito no mundo inteiro. A fácil realização das exportações nacionais juntamente com a abundante oferta de crédito internacional gerou um ciclo virtuoso do subdesenvolvimento, que não pode se reproduzir em períodos de recessão mundial. Quando existem pressões baixistas nas cotas de mais-valia o aumento da exploração do trabalhador na periferia do sistema se torna ainda mais necessário ao desenvolvimento do centro, elevando ainda mais a concentração de renda

a nível mundial. A expansão do capitalismo por meio do aumento da liquidez começou a revelar indícios de estar chegando ao seu limite somente em 2007.

Em 2008 a crise financeira internacional já começa a desviar a atenção de muitos economistas para fragilidade da economia brasileira perante as crises internacionais. A liquidez internacional garantida pelo país em tempos de expansão ainda proporciona boa margem de compensação dos efeitos da crise, porém, se esta se mostrar duradoura, como esperado por Arrighi (2007), colocará o modelo de acumulação brasileiro em colapso, e alternativas de desenvolvimento não baseadas no conceito de economia exportadora certamente entrarão em pauta novamente.

Temas como controle de capitais, investimentos de longo prazo, proteção de setores estratégicos da economia de acordo com o interesse nacional, defesa e otimização do uso de recursos naturais e melhoria da qualidade de vida da população devem sempre fazer parte do discurso econômico. No Brasil, principalmente após a virada do século XXI estes debates foram deixados de lado frente ao discurso “civilizatório” da globalização, onde o único caminho para o desenvolvimento está na abertura da economia com livre movimentação de capitais. Os interesses nacionais se tornaram condicionados ao debate econômico que visa encontrar as melhores maneiras de atrair o capital externo tomando como verdade absoluta que daí virá o desejado desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovani. **Adam Smith in Beijing**. London: Verso, 2007.

BCB BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: www.bcb.gov.br; Acesso em: 20 de outubro 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José; **As desventuras da dialética da dependência**; São Paulo. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/as_desventuras_da_dialetica.pdf; Acesso em 15 de setembro de 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia: estudos sobre política**. São Paulo: Siciliano, 1993.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; CARVALHO, Paulo G. M. de; ALMEIDA, Júlio S. Gomes de; **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; São Paulo. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf; Acesso em 24 outubro de 2007.

FRANK, André Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política**. Coleção o Mundo Hoje: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br; Acesso em 20 de outubro de 2008.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: www.ipea.gov.br; Acesso em: 20 de outubro de 2008.

Kosik, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDIN, Raquel. **Commodity ganha espaço em ranking de exportação**. Disponível em: http://www.paginarural.com.br/reportagens_detalhes.php?id=94926; Acesso em 12 de setembro de 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **El Ciclo del Capital em la Economía Dependiente**. Mercado y Dependencia, Ursula Oswald (Coord.), Nueva Imagen, México, 1979.

MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1985.

MDIC, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: www.mdic.gov.br; Acesso em 20 de outubro de 2008.

NETTO, Antonio Delfin. **Economia brasileira: Perspectivas do desenvolvimento**. São Paulo: RG Editores, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Encarando o Desafio das Exportações**. 1ª ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **Keynes e a Hierarquia das Moedas: Possíveis lições para o Brasil**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto137.pdf>; Acesso em: 10 de outubro de 2008.

_____ ; **A Nova Classe Média**. Fundação Getúlio Vargas: Centro de Políticas Sociais. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPS/classemedia/>; Acesso em 15 de outubro de 2008.

_____ ; **O comércio exterior em 2007**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; São Paulo. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080523_comex.pdf; Acesso em 12 de outubro de 2008.

_____ ; **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf; Acesso em 01/11/2008.

_____ ; **World Investment Report 2008**. United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=10502&intItemID=2527&lang=1>; Acesso em: 10 de outubro de 2008.

_____ ; **World Economic Outlook 2008: Globalization, commodity prices, and developing countries**. International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/pdf/c5.pdf>; Acesso em: 10 de setembro de 2008.

_____ ; **Industrialização e os dilemas do crescimento econômico recente**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; São Paulo. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20070508_desindustrializacao.pdf; Acesso em 24 de outubro de 2007.

_____ ; **Análise IEDI: 15 de maio de 2007**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; São Paulo. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2782&sid=73&tpl=printerview>; Acesso em 30 de outubro de 2008.